



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

DANIELLY FERREIRA DA SILVA

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TUPETE
EM CANAPI-AL**

DELMIRO GOUVEIA – AL
2024

DANIELLY FERREIRA DA SILVA

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TUPETE
EM CANAPI- AL.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao curso de Geografia, do *Campus* do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Maria Teixeira Vasconcelos

DELMIRO GOUVEIA – AL
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586p Silva, Danielly Ferreira da
O processo de territorialização da comunidade quilombola Tupete em Canapi - AL / Danielly Ferreira da Silva. – 2024.
66 f.: il.

Orientação: Francisca Maria Teixeira Vasconcelos.
Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2024.

1. Geografia humana. 2. Territorialização. 3. Comunidade Quilombola Tupete. 4. Canapi – Alagoas. I. Vasconcelos, Francisca Maria Teixeira, orient. II. Título.

CDU: 911:372



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTORA: DANIELLY FERREIRA DA SILVA

“O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE TUPETE EM CANAPI-AL” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 26 de março de 2024

Banca Examinadora:

Francisca Maria J. Vasconcelos

Francisca Maria Teixeira Vasconcelos – UFAL/Campus do Sertão

(Orientadora)

Gustavo Manoel da Silva Gomes

Prof. Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes (1º Examinador)

Wanubya Maria Menezes da Silva

Profa. Me. Wanubya Maria Menezes da Silva (2ª. Examinadora)

DEDICATÓRIA

Esta pesquisa é resultado de minha trajetória na Universidade Federal de Alagoas - UFAL (*Campus* do Sertão) como estudante do curso de Geografia. É com grande alegria que concluo essa parte acadêmica através desse Trabalho de Conclusão de Curso, no qual eu trouxe um pouco do processo de territorialização da Comunidade Quilombola Tupete, lugar em que nasci. Dedico especialmente ao Quilombo Tupete, e a todos que fazem parte dessa comunidade, à minha família que sempre esteve ao meu lado, ao meu pai José Pedro (Edimilson), à minha mãe Rosânia, ao meu irmão Edemilton, aos meus sobrinhos, Allef e Adrian, à minha cunhada Gisélia, aos meus avós D. Zefinha e seu Valdemar, à minha tia Neide, aos meus amigos por toda força e, principalmente, a você Larissa, minha amiga e parceira, de sempre, por estar ao meu lado o tempo todo me incentivando. Dedico finalmente a ela, minha professora e orientadora Francisca Vasconcelos, por acreditar em mim, pela paciência e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre comigo e por me permitir fazer parte desse processo, resgatando um pouco da formação dessa comunidade que tem uma grande importância na minha vida.

Ao quilombo Tupete e principalmente aos remanescentes quilombolas por me acolherem e me ajudarem a construir essa pesquisa, por cada entrevista, conversa e confiança transmitida a mim. A Rozinéia, Dona Nazaré, Mãe Ana, Maria de Ana, Lena, Maria de tia Naza, Poliana, Tia Neide, Luiza, Dona Maria de Pedro, Iran, Quitéria, Zena, Geralda, Monik e tantas outras que participaram dessa pesquisa, o meu muito obrigada.

À minha orientadora e professora Francisca Vasconcelos, por todo apoio, orientação, acompanhamento e atenção para o desenvolvimento dessa pesquisa, muito obrigada.

À banca examinadora pela disponibilidade e por partilhar comigo esse momento importante: Prof. Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes e Profa. Ma. Wanubya Maria Menezes Silva.

À minha mãe Rosânia e ao meu pai Edimilson, por toda força.

Ao meu irmão Edemilton, aos meus sobrinhos Allef e Adrian e a minha cunhada Gisélia.

Aos meus avós D.Zefinha e seu Valdemar, a minha tia Neide por toda ajuda.

Aos meus colegas de turma, que foram muito importantes no decorrer de todo curso.

Aos professores do curso de Licenciatura em Geografia do Campus Sertão, por todo aprendizado, conhecimento e dedicação em suas aulas excepcionais.

Aos meus amigos, a você Itamar por sempre está comigo, à minha amiga e comadre Railma, por me lembrar sempre que eu sou capaz, e em especial à minha amiga Larissa por toda força e por não ter deixado eu desistir.

E para finalizar, meus agradecimentos a todos os envolvidos de forma direta e indireta que me ajudaram nesta fase da minha vida.

“Existe uma história do povo negro sem o Brasil; mas não existe uma história do Brasil sem o povo negro”.

(Januário Garcia)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar o processo de territorialização da comunidade Quilombola Tupete, dando ênfase à formação territorial dessa comunidade. A pesquisa tem como recorte espacial o Quilombo Tupete, situado no município de Canapi- AL. A realização desse trabalho surge com a necessidade de conhecer e analisar esse processo de territorialização do Quilombo Tupete, a partir da chegada dos remanescentes à comunidade através de fatos que ocorreram e ocorrem até os dias de hoje. A metodologia empregada se dá a partir da pesquisa qualitativa na qual realizamos um estudo de caso por meio de entrevistas e questionários feitos com alguns quilombolas que residem na comunidade, além da análise bibliográfica e documental. A categoria território possui centralidade na presente investigação, permitindo identificar os processos de territorializações, as territorialidades da comunidade estudada, bem como a luta pelo reconhecimento como remanescentes de quilombo. Os resultados destacam a identidade tupeteira como parte do processo de territorialização da comunidade Quilombola Tupete. Além disso, estudou-se o processo de desenvolvimento da comunidade, preservação e cultura. Para tanto, o trabalho teve como aporte teórico os autores que estudam a formação territorial do Brasil, a investigação sobre os quilombolas no Brasil e em Alagoas, a exemplo de Lindoso (2011), Haesbaert (2017), Araújo (2021), Haesbaert (2020), Alves (2017), Costa (2017), Mascarenhas (2013), Silva (2013), Xavier (2013), Péricles (2016).

Palavras-chave: Territorialização; Quilombo Tupete; território; comunidade.

ABSTRACT

This Bachelor's Thesis aims to analyze the territorialization process of the Quilombola community Tupete, with emphasis on the territorial formation of this community. The research focuses spatially on Quilombo Tupete, located in the municipality of Canapi-AL. The realization of this work arises from the need to understand and analyze the territorialization process of Quilombo Tupete, from the arrival of the descendants to the community through events that have occurred and continue to occur to this day. The methodology employed is based on qualitative research in which we conducted a case study through interviews and questionnaires with some quilombolas residing in the community, in addition to bibliographical and documentary analysis. The category of territory is central to this investigation, allowing the identification of territorialization processes, territorialities of the studied community, as well as the struggle for recognition as quilombo remnants. The results highlight the Tupeteira identity as part of the territorialization process of the Quilombola community Tupete. Additionally, the development process of the community, preservation, and culture were studied. Therefore, the theoretical framework of this work includes authors who study the territorial formation of Brazil, research on quilombolas in Brazil and in Alagoas, such as Lindoso (2011), Haesbaert (2017), Araújo (2021), Haesbaert (2020), Alves (2017), Costa (2017), Mascarenhas (2013), Silva (2013), Xavier (2013), Péricles (2016).

Keywords: Territorialization; Quilombo Tupete; territory; community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Casa de taipa da senhora Maria Vieira, no Quilombo do Tupete	29
Figura 2 – Poço que abastece a comunidade Tupete	29
Figura 3 – Reservatórios de água do poço.....	30
Figura 4 – Cisterna pertencente ao Quilombo Tupete ou “cisterna da federal”	30
Figura 5 – Igreja Nossa Senhora da Conceição, comunidade Tupete	31
Figura 6 – Casa de “mãe Ana ou tia Ana”, Ana Maria da Conceição.....	32
Figura 7 – Bar do Bogiô	34
Figura 8 – A Serra do Tupete/Cruzeiro do Tupete, ponto turístico da comunidade.....	35
Figura 9 – Vista do Alto da Serra do Tupete.....	35
Figura 10 – Posto de Saúde	36
Figura 11 – Escola do povoado vizinho que atende a comunidade e a região	37
Figura 12 – Certidão de Autodefinição da Comunidade Tupete.....	47
Figura 13 – Serra do Tuete	51
Figura 14 – Celebração da missa na Igreja Nossa Senhora da Conceição	51
Figura 15 – Apresentação do reisado infantil da comunidade.....	55
Figura 16 – Santa Missa e procissão	57
Figura 17 – Imagem da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (marca o encerramento da festa da comunidade Tupete/copadroeira de Canapi).....	57

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município Canapi - AL.....	22
Mapa 2 – Localização do Quilombo Tupete no município de Canapi - AL	25
Mapa 3 – Mapa das Comunidades Quilombolas em 2011	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População quilombola no Brasil.....	42
Gráfico 2 – Panorama das pessoas quilombolas no Brasil	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Membros da comunidade que contribuem para a identidade Tupeteira.....	53
--	----

LISTA DE SIGLAS

FCP	Fundação Cultural Palmares
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
CRQs	Comunidades de Remanescentes de Quilombos
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
PBQ	Programa Brasil Quilombola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio
RTID	Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais e Transitoriais
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TUPETE ..	19
2.1 O INÍCIO.....	Erro! Indicador não definido.
2.2 TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE COMO LENTES PARA LEITURA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TUPETE	22
2.3. ASPECTOS ESPACIAIS E TERRITORIAIS DO QUILOMBO TUPETE	24
3 QUILOMBOLAS NO BRASIL E NO ESTADO DE ALAGOAS	38
3.1 COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL	38
3.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALAGOAS E NO MUNICÍPIO DE CANAPI	44
4.O PROCESSO DE RECONHECIMENTO COMO COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO E PRESERVAÇÃO CULTURAL	46
4.1 O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE	47
4.2 IDENTIDADE QUILOMBOLA TUPETE	50
4.3 CULTURA QUILOMBOLA TUPETE.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1 INTRODUÇÃO

A comunidade Tupete inicia-se em meados do século XIX com a chegada de seus primeiros remanescentes, que vinham de territórios vizinhos em busca de melhores condições de vida e de material para o trabalho. A maioria dos que chegaram a esse território vinham da Mata Grande, município vizinho, em busca de matéria-prima para produção de cordas, uma das principais atividades praticadas por eles naquela época, e para isso, passavam pelo território que hoje fica localizada a comunidade Tupete. Assim, começaram a observar aquele território desocupado, e para diminuir o tempo que percorria de uma localidade a outra, decidiram se estabelecer por esta área. Inicialmente passavam somente a noite, e no outro dia seguiam destino, mas com o passar do tempo viram que era mais favorável se estabelecer por este território.

As terras não tinham donos, quem chegava escolhia um lugar e ficava com as terras encontradas. As primeiras famílias que se estabeleceram na comunidade, foram os Pedros e a família de João Sebastião, que começaram a construir suas moradias, cedendo as terras para parentes e para aqueles que chegavam. Desse modo, começou a se formar um grande aglomerado de pessoas, e a cada dia esse número aumentava; aquela terra antes despovoada, passou a se tornar uma comunidade.

Em meados de 1962, a igreja da comunidade começou a ser construída, e foi a partir disso que se iniciou um maior povoamento da comunidade. Nesse período, com a chegada das famílias dos Paulino Gomes, dos Hilários e dos Dativos, as terras passaram a ser regularizadas. Deste modo, eles elaboraram uma documentação onde faziam as próprias divisões das áreas ocupadas entre si. Contudo, a grande maioria das terras pertencentes à comunidade não possui registro, uma vez que as famílias que aqui se estabeleceram, tomaram posse das mesmas e foram passando para as novas gerações através de doações.

Diante disso, a escolha do tema dessa pesquisa se deu a partir da vontade de tornar essa comunidade reconhecida, exibindo a identidade desse povo lutador, que com muita garra construiu suas famílias de forma digna, se tornando um aglomerado de pessoas dispostas a lutar pelos os seus direitos. Além disso, pretendo manifestar a importância que esta comunidade tem para todos que fazem parte desse território, e que por muito tempo sofreu com o preconceito, e com falta de assistência dos órgãos governamentais, além da ausência de reconhecimento necessário.

Por muito tempo passei por situações ou falas preconceituosas daqueles que vivem na “cidade”, na zona urbana, que se referiam àqueles que pertencem a esse território como “os negros do Tupete”, “essa menina aí é lá do Tupete”, “a munição do Tupete”. Em rodas de amigos também ocorriam comentários de cunho ofensivo que traziam sentimentos negativos a quem os ouvia. Desse modo, esse trabalho revela não só uma história de luta e resistência, mas perpetua a identidade dos Tupeteiros, por meio do resgate e análise daqueles mais vividos, que chegaram e formaram a comunidade.

Sou filha e neta de remanescentes quilombolas, trago comigo toda uma história de um povo alegre, destemido, cheio de garra e de muita força pra lutar por tudo aquilo que quer. Meu avô, Valdemar Pedro, faz parte de umas das primeiras famílias que chegaram a esse território e habitou por aqui durante muito tempo, construiu sua família, trabalhou bastante e com o passar dos anos, decidiu morar na cidade em busca de condições melhores. Meus pais me tiveram e mais 4 irmãos, mas infelizmente, só meu irmão e eu sobrevivemos. Eram tempos difíceis; não se tinha tudo que temos hoje, nem acesso a meios de comunicação e tecnologia. Todos nós nascemos em casa, pelas mãos de mãe Ana, que era uma das parteiras da comunidade. Ela representa para todos nós um grande exemplo de mulher, símbolo de amor, paternidade, humildade e muita luta.

Assim, vivemos na comunidade até meados de 2003, quando passamos a morar na zona urbana, mas continuamos ligados à comunidade, tanto pela história vivida por nossos antepassados, quanto pelos nossos parentes que vivem até os dias hoje no quilombo Tupete. Com isso, encontramos uma história de muito orgulho e gratidão. Temos um vínculo forte com todos aqueles que habitam a comunidade, e na maioria somos primos. Sempre nos encontramos com alegria e entusiasmo.

Apesar de hoje haver reconhecimento dado aos remanescentes de quilombos e seus descendentes nascidos no Brasil, ainda há muito a se reconhecer e resgatar da luta desse povo pela liberdade, bem como toda sua importância para construção do território brasileiro e da sociedade atual. Baseado nisso, este trabalho surge com o propósito de resgatar o processo de territorialização da Comunidade Quilombola Tupete, que fica localizada no município de Canapi, Sertão de Alagoas, e que faz divisa com a cidade de Mata Grande. O que se pretende, a partir disso, é compreender como se deu a formação e a construção da comunidade Tupete.

Como se sabe, o território brasileiro se formou a partir da chegada dos colonizadores portugueses e do contato com os povos originários que aqui habitavam. O interesse pelas terras e por novos produtos para exploração, comercialização e exportação, fez com que eles se estabelecessem por essas terras. As áreas litorâneas, principalmente a região Nordeste, foram

as mais exploradas inicialmente, por estar situada em um local de fácil acesso, facilitava a movimentação da produção e dos colonizadores.

Desta maneira, a partir dos pressupostos do Brasil colonizado, a realização dessa pesquisa surge a partir da necessidade de conhecer e analisar o processo de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos, em especial do Quilombo Tupete.

Assim, do ponto de vista metodológico, realizamos um estudo de caso, no qual as informações geradas e, posteriormente analisadas, deram-se através de entrevistas e da aplicação de questionários com alguns quilombolas que residem na comunidade. De maneira qualitativa e individual, as entrevistas e os questionários foram realizados pessoalmente, passando de casa em casa, e foram aplicados com 13 pessoas entre a faixa etária de 15 a 105 anos, nas quais onze eram mulheres e dois eram homens. No total foram realizados 8 questionários e 5 entrevistas com as pessoas mais vividas e de grande importância para o quilombo, sendo elas professores e representantes da comunidade, a pesquisa foi complementada através da análise bibliográfica e documental.

Desta forma, o objeto tratado na pesquisa tem como base teórica o diálogo com autores que estudam a formação territorial do Brasil, os remanescentes de quilombos no Brasil e em Alagoas, território e conceitos correlatos como territorialidade e territorialização, a exemplo de Lindoso (1932), Haesbaert (2017, 2020), Araújo (2021), Alves (2017), Costa (2017), Mascarenhas (2013), Silva (2013), Xavier (2013), Péricles (2016).

A construção deste trabalho apresenta uma introdução e mais três capítulos que analisam o processo de chegada dos remanescentes no Quilombo Tupete. No segundo capítulo, tratamos da formação territorial, chegada e localização dos remanescentes quilombolas que vivem nesse território a partir do tempo e de como se deu a construção da comunidade Tupete, contextualizando todo esse processo através de dados coletados nas entrevistas com os quilombolas e com a realização das pesquisas bibliográficas. Em seguida, descrevemos o processo de territorialização da comunidade, sua formação e reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, destacando a importância da certificação quilombola, e como isso tudo ocorreu e finalizamos com a contextualização do Quilombo Tupete no município de Canapi/AL.

Este estudo aponta, no terceiro capítulo, um recorte sobre o que são quilombos, os quilombolas, as comunidades remanescentes no Brasil e no estado de Alagoas, com destaque para as comunidades quilombolas do município de Canapi, que atualmente possui três comunidades certificadas como remanescente de quilombo, dando destaque a comunidade estudada, onde trataremos do seu processo de territorialização. A Geografia tem um papel muito

importante na compreensão e descrição do mundo, através de seus conceitos-chave, onde o geógrafo consegue compreender de forma mais rápida e eficaz todo o espaço que está a sua volta através de diferentes acepções do território, da paisagem e da região descrita e analisada, assim trataremos a partir de alguns conceitos da geografia dessa matriz de racionalidade tão importante para o Sertão de Alagoas.

Para finalizar, no quarto e último capítulo trataremos do processo de reconhecimento da comunidade Quilombola Tupete, de como ocorreu, quem representou o quilombo, quais os líderes, registros da comunidade, mapeamento, preservação da cultura e todo um apanhado desse processo. Ressaltando a importância Quilombola, das comunidades e de todo seu reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo.

2 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TUPETE

No decorrer deste capítulo iremos tratar do processo territorialização do Quilombo Tupete, retratando a formação desse território, uma vez que é de extrema importância conhecer esse processo para termos conhecimento de como ocorreu a construção da comunidade Tupeteira. Ao longo desse processo, discutiremos ainda a identidade e o território Tupete, buscando identificar as territorialidades locais. Para Almeida (2000, p.3) *apud* Silva (2011, p.14) “O território incorpora a identidade coletiva”, o que também fortalece as lutas pelo espaço e território de resistência.

Assim, a comunidade Quilombola Tupete surgiu em meados do século XIX, a partir da chegada dos primeiros remanescentes que vinham em busca de melhores condições de vida. Ao chegarem ao povoado, acabavam se estabelecendo em pequenas áreas de terras, que eles mesmos escolhiam e/ou recebiam doações de pequenas áreas por seus parentes e moradores que já habitavam a comunidade.

2.1 O INÍCIO

Os primeiros moradores que chegaram a comunidade vinham da serra da Mata Grande, cidade vizinha, e passavam por esse território, para ir até a rebeira¹ em busca do croá², planta usada para fazer cordas. “Para não retornar para Mata Grande, passavam a noite por aqui, antes

¹ Rebeira: que fica nas margens do rio ou riacho, próximo do rio.

² O caroá ou croá é uma planta nativa da cacimba que é muito utilizada para ornamentação e para extração de fibras que são usadas para fabricação de artesanato.

esse território era como se fosse um refúgio, não tinha habitação, e aí eles foram ficando. E nesse ficar para diminuir o percurso, eles resolveram morar, então a partir daí começa o povoamento, a construção de habitações, e as famílias desses trabalhadores começam a se estabelecer por todo território” (relato de uma das entrevistadas).

Como visto anteriormente, o processo territorial da Comunidade Quilombola Tupete inicia-se com a chegada dos primeiros moradores vindos da cidade vizinha, em busca de condições de vida mais favoráveis, como a diminuição do percurso de trabalho, que antes era feito em busca de material para produção de cordas, que era uma das atividades mais praticada inicialmente por estes. Segundo relato dos remanescentes do quilombo Tupete, que foram entrevistados e daqueles mais vividos, as primeiras famílias que se estabeleceram na comunidade, foram os Pedros e a família de João Sebastião, conhecido como família dos Jitiranas³, por essa planta ter coberto uma parte externa de sua casa, e assim ganhou o nome de família dos Jitiranas, os quais são conhecidos até os dias atuais.

Assim os que chegavam à comunidade já estavam com a sua estadia garantida, pois suas famílias já se encontravam por lá. Os demais foram chegando e se estabelecendo também, escolhendo um lugar e ficando com este. Já que estas terras não tinham documentação, acabavam tomando posse das terras, tornando assim, um grande aglomerado de pessoas, surgindo então, a comunidade Tupete.

Depois quando chegaram as famílias dos Paulino Gomes, os Hilários e os Dativos, aí que foram regularizando as terras, fazendo uma documentação entre os mesmos, onde os próprios faziam as divisões das áreas ocupadas. Os primeiros moradores não se atentaram a isso, e só depois da chegada dos demais, que foi ocorrer essa divisão, a partir de então, começou a ter essa divisão territorial, onde cada família foi tomando posse das terras em que moram, e fazendo a doação para os que não tinham,

As terras pertencentes a comunidade na sua maioria, não possui registro de terras, as famílias que aqui se estabeleceram, acabaram tomando posse das mesmas, assim foram passando para suas novas gerações, através de doações. Podemos atestar essa informação através do seguinte trecho de fala de uma dos quilombolas da Comunidade que foi entrevistada:

A família dos Pedros e dos Paulino Gomes fez registro de parte das terras, documentação que se tornou inválida, já que estes não pagavam ativamente seus impostos. Atualmente poucos moradores possuem registro de terra, e a maioria moram nas terras doadas, que corresponde apenas ao chão da casa. A doação das terras veio de antigas datas, quase todas doadas por Paulino Gomes e os Hilários.

³ Jitirana – Ipomoea Cairica é uma planta trepadeira que cresce em regiões tropicais e subtropicais do mundo.

(SILVA, Rozinéia Lima da. **Entrevista concedida a Danielly Ferreira.** Canapi/AL, outubro de 2021).

Quando os primeiros moradores chegam à comunidade, passam a chamá-la de “Tupete” por causa da serra onde está localizada, que lembra algo semelhante a um topete⁴. Esta serra serve como ponto turístico para todos aqueles que visitam a comunidade ou que na época da Semana Santa sobem o “cruzeiro do Tupete” como é conhecido popularmente a partir da tradição da fé Católica. Na sexta-feira da Paixão, muitas pessoas sobem até o topo da serra ou maciço e desfrutam da linda paisagem e da calmaria que esse lugar traz para todos os que visitam.

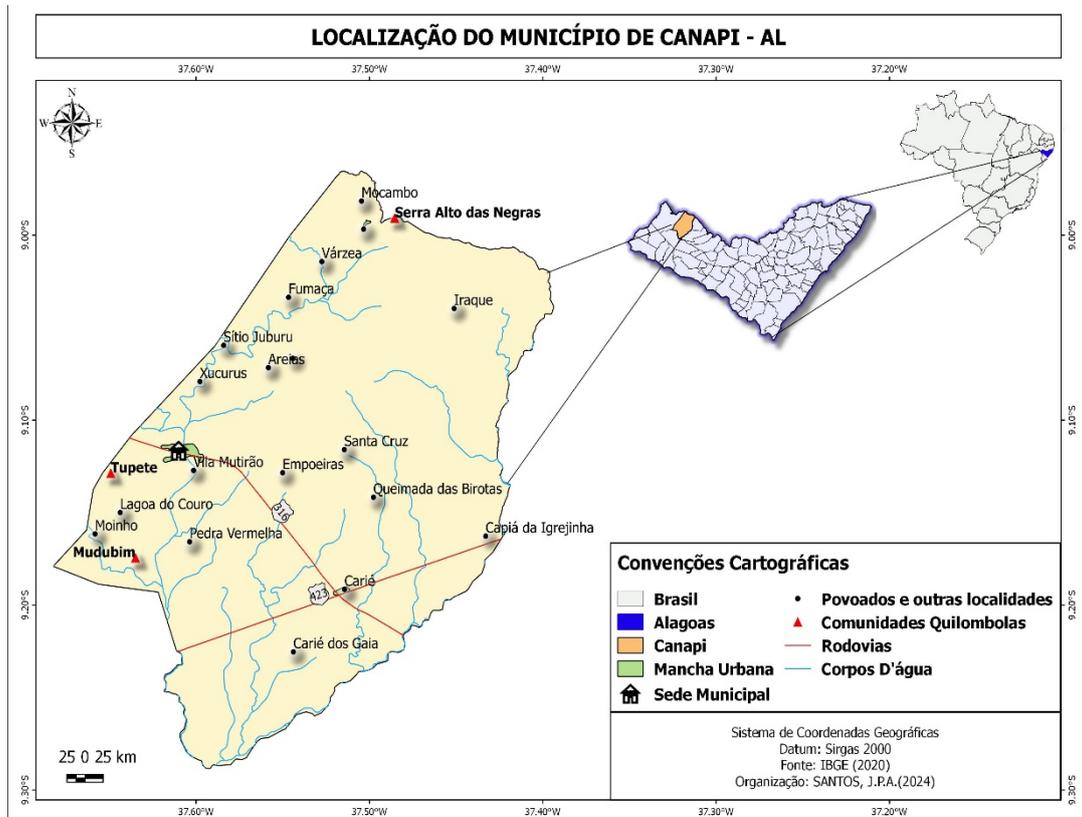
Inicialmente as pessoas sobreviviam da agricultura familiar, com o plantio de feijão, do milho, da mandioca, do algodão, da mamoneira. Utilizavam desses alimentos para seu consumo próprio e guardavam, também, para plantio do ano subsequente. Alguns ainda revendiam os produtos para poder comprar outros itens necessários ou faziam trocas e compravam sementes. As famílias trabalhavam, também com a produção de cordas, usavam o caroá ou croá⁵, assim chamado por eles, que é uma planta a qual se retira a fibra para produzir a corda. Utilizavam a palha do coqueiro ou coquinho para fazer esteira, vassoura, abanos de palha⁶ e outros objetos. Desta forma, essas eram suas principais atividades, uma renda ínfima, mas de grande importância para a sobrevivência da comunidade.

Diante disso, é importante visualizar a localização e demais dados geográficos dessa comunidade, localizada no município de Canapi, no Alto Sertão de Alagoas, como aponta o mapa a seguir (Mapa 01).

⁴ Topete é o cabelo levantado e puxado para trás, criando uma “montanha” de cabelo na parte superior da cabeça. Na comunidade Tupete, os homens geralmente cortavam o cabelo e deixava a parte da frente mais alta o que faziam com que se destacassem e onde chegassem fossem conhecidos.

⁶ Abanos de palha é utilizado para abanar e refrescar o ambiente em regiões quentes. Além de sua função prática, também pode ser utilizado como peça decorativa, exibida em paredes ou suportes ornamentais.

Mapa 1 – Localização do município Canapi - AL



Fonte: IBGE, 2020

O Quilombo Tupete abrange uma parte montanhosa do município com serras na sua extremidade que o divide com a cidade vizinha, Mata Grande. Na parte alta da comunidade, dá para ter uma visão da zona urbana do município, o que torna o lugar um ponto de referência na cidade, servindo de ponto turístico para religiosos, motoqueiros, ciclistas que realizam suas atividades até o topo da serra.

2.2 TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE COMO LENTES PARA LEITURA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TUPETE

É necessário compreender que o território enquanto espaço-tempo-vivido aparece como resultado de processos diversos e complexos produzidos nas tramas materiais e imateriais do cotidiano social (HAESBAERT, 2007). Ou seja, o território compreenderia uma apropriação simbólico-identitária, determinado por ações de certos grupos sociais sobre o espaço onde se reproduzem socialmente.

Dessa maneira, o processo ocorrido na comunidade Tupete, com o surgimento de um aglomerado de pessoas, que saem do seu lugar de origem e vão para determinada área, em busca de melhores condições para sua sobrevivência, com características próprias, com o desenvolvimento de atividades a partir de seus ancestrais e daquilo que seu território possuía. Fez com que eles adquirissem uma identidade própria, e se apropriassem desse território, formando mais tarde uma comunidade de remanescentes quilombolas, reconhecido e certificado pelo o órgão responsável.

Sobre o conceito de territorialização, Mascarenhas, Gilmar (2013, p.15) afirma que,

Podemos denominar territorialização o processo contínuo de criação de territórios dos mais diferentes grupos sociais, de acordo com suas exigências espaciais e de exercício de poder. O processo de territorialização é contínuo, pois os conflitos sociais também são ininterruptos.

O início do processo de territorialização da comunidade Tupete está relacionado a doação de terras, pelos primeiros moradores que chegaram a esse território, como vimos mais acima, e se apropriaram dessas terras, que até então, não haviam sido apropriadas. No entanto, é importante destacarmos os processos de luta e resistência que também perpassam a formação desse território.

No estado de Alagoas, como nas outras regiões do Brasil, os territórios quilombolas foram se expandindo de diferentes formas, não sendo diferente no município de Canapi. O Tupete ganhou mais proporção depois da chegada dos familiares daqueles que já habitavam esse território e com a construção da igreja, o “centro” onde se formou a comunidade, começou a ter um maior povoamento. Isso, depois dos anos de 1930, com a igreja da comunidade já construída, novos moradores se estabeleceram ao longo desse território.

Para entendermos o processo de territorialização na comunidade, precisamos nos determos sobre os processos de territorialidades que perpassam a formação desse território (nos debruçaremos sobre isto nos próximos capítulos). De acordo com Raffestin (1993, p. 158), a “Territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade pela sociedade geral”. Trata-se, assim, dos diferentes e diversos aspectos que perpassam as relações sociais que são construídas a partir da relação da comunidade com o território.

Para Saquet (2009, p. 12) “A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da

vida cotidiana”. Dessa maneira, as territorialidades na comunidade Tupete se dão a partir da relação histórica que as famílias estabeleceram com a terra a partir da natureza, da produção agrícola para sua sobrevivência e reprodução, bem como dos laços identitários e de amizade com os parentes e vizinhos.

As territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em situações historicamente determinadas. Para Rezende (2012, p. 03) se hoje existem territórios quilombolas é porque em um dado momento histórico dado grupo se posicionou aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis e instituiu um direito que fez multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais.

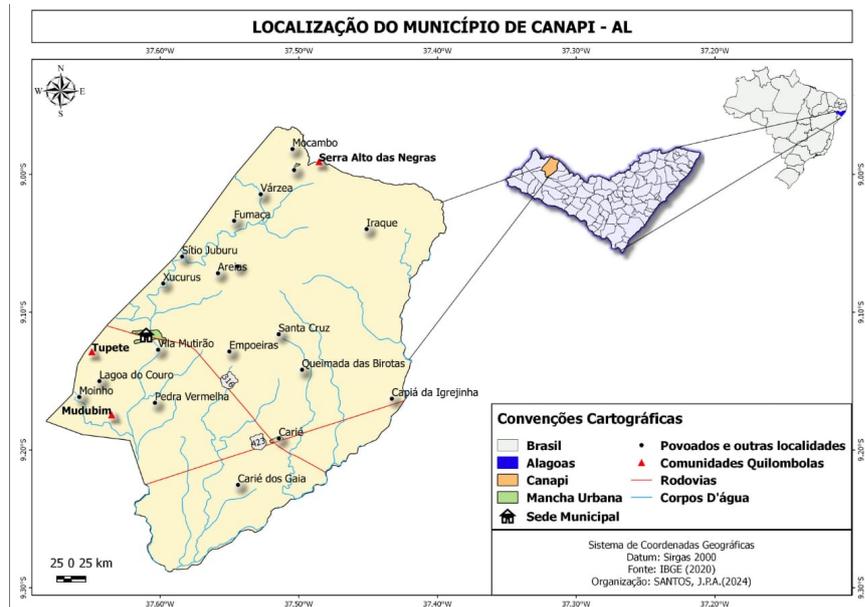
Portanto, “territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida” (CONAQ, 2023). Ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, as comunidades quilombolas não estão apenas lutando por demarcação de terras, as quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo fazendo valer seus direitos a um modo de vida.

Entendemos que os quilombolas do Tupete têm como origem os processos citados, mas principalmente, a doação de terras que muitos herdaram de seus familiares ou de parentes mais próximos que davam parte de suas terras para construir suas moradias, para o cultivo de alimentos e criação de animais, como já foi mencionado anteriormente. Isso reforça o entendimento de coletividade e partilha demarcado historicamente pelo Quilombo dos Palmares.

2.3 ASPECTOS ESPACIAIS E TERRITORIAIS DO QUILOMBO TUPETE

O município de Canapi, onde se localiza o território do Quilombo Tupete, faz divisa com os municípios de Mata Grande, Inhapi, Ouro Branco e Itaíba. A sua extensão é de 602.778 km, marcado pelo clima semiárido, com população estimada de 15.559 pessoas, no último censo 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A cidade é banhada pelo Rio Canapi, que leva o mesmo nome do município, veja no mapa a seguir a localização do Quilombo Tupete no município de Canapi (Mapa 02).

Mapa 2 – Localização do Quilombo Tupete no município de Canapi - AL



Fonte: IBGE, 2020

No mapa acima, é possível observar a localização do Quilombo Tupete e as outras duas comunidades quilombolas que existem no município. As mudanças ocorridas no Quilombo Tupete se deram de forma lenta e o território que habitam hoje antes era mais povoado, contudo, muitas pessoas saíram para morar na zona urbana em busca de uma melhor qualidade de vida.

Não havia energia elétrica, mas a falta de água era um dos seus principais problemas, uma vez que os moradores precisavam, muitas vezes, passar a noite esperando em uma minação de água⁷ para ter acesso ao seu uso. Essa minação era e é uma fonte muito importante para todos os Tupeteiros, uma vez que ajudava bastante no abastecimento de água na comunidade, tanto para uso doméstico, quanto para criação de animais. A situação era desafiadora, pois dependiam da boa vontade do governo em tempos de seca e quando o inverno era “ruim”, em função da ausência da chuva, as dificuldades eram bem maiores. Assim, muitas famílias se deslocaram para a cidade em busca de melhores condições de vida e de serviços essenciais, e outras iam para outros estados ou para a capital do estado em busca de emprego e na esperança de uma vida melhor.

⁷ Minação de água é uma nascente ou também conhecida como mina d'água, fio d'água ou olho da água, são áreas onde ocorrem o afloramento das águas subterrâneas e que dão início a formação de pequenos riachos, que darão origem aos rios. No quilombo Tupete essa nascente ocorre de maneira intermitente, ou seja, o fluxo da água ocorre apenas durante a estações chuvosas.

Com o passar dos anos com a criação de órgãos, instituições e programas voltados à população preta e negra no Brasil, o desenvolvimento das comunidades quilombolas foram acontecendo de maneira mais rápida, o que promoveu grandes avanços nestas comunidades e no Tupete não foi diferente, pois muitas famílias que haviam se deslocado, acabaram voltando e dando continuidade à comunidade Tupeteira, enquanto outras decidiram permanecer por onde estavam, porque assim podiam ajudar suas famílias que ficaram no quilombo.

No dia 21 de março de 2003, foi criada por medida provisória, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), que reuniu projetos governamentais do Governo Federal para melhorar a qualidade de vida dentro das comunidades. Através do Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, que compreende um conjunto de ações, denominada “Agenda Social Quilombola” (Decreto nº 6.261/2007), voltado a todas as comunidades identificadas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, o Quilombo Tupete passou a ter abastecimento de água, através de carros pipas; a construção de reservatórios e cisternas melhorou significativamente a vida na comunidade. O programa Luz Para Todos trouxe ainda mais esperança, visto que com a chegada da energia elétrica, as famílias que residiam nessas áreas rurais passaram a ter em suas residências, esse bem tão essencial, acarretando no desenvolvimento local e social do quilombo.

No âmbito da formação territorial do Quilombo Tupete, cabe destacar que os primeiros moradores que chegaram a esse território, e detinham das maiores áreas de terras cediam parte delas para o plantio, ou dava de meia,⁸ assim plantavam, e o que colhiam repartiam para ambos, muitos deles criavam gados bovinos⁹, ovelhas, galinhas e até hoje ainda criam, mas em quantidades menores. Os que criavam gados vendiam o leite na própria comunidade e nos povoados vizinhos. Comercializavam animais na feira da cidade, outros colocavam até bancas, de onde tiravam seu sustento e revendiam seus produtos para todo município. Havia ainda, aqueles que nos seus carros, carregavam os moradores da comunidade até a cidade, onde realizavam suas feiras e serviços que não eram fornecidos no quilombo.

Nessa pesquisa revela que por muitos anos as famílias não tinham como pagar a outros trabalhadores, então eles trabalhavam de forma coletiva, uns ajudando aos outros, um dia limpava uma roça, no outro limpava a do vizinho e assim faziam, até que todos plantavam e colhiam seus alimentos. Quando o inverno era bom, com chuvas frequentes, plantavam e o que

⁸ Dava de meia ou seja, repartia para ambos em quantidades iguais, como por exemplo uma plantação de feijão ou milho, o dono da terra, cedia uma área para a plantação e o outro ajudava, em todo processo, ou dava parte das sementes, assim quando colhiam repartiam para ambos, em partes iguais.

⁹ Gados bovinos abrangem bois e vacas, que são criados em todo o mundo. Esses animais são fundamentais para a vida do ser humano, ou seja, produzindo carne, leite e outros derivados.

colhiam, guardavam para seu consumo, outra parte dava àqueles que os ajudavam e o restante vendiam para comprar novas sementes, ou até mesmo animais.

Como se pode perceber, os primeiros moradores da comunidade usavam bastante dos meios artesanais para produzir objetos, a exemplo disso, utilizava-se o caroá ou croá, citado mais acima, para produção de cordas, a palha do coqueiro na produção de abandonos, esteiras e vassouras. Tudo isso era fonte de renda para essas famílias e isso ocorre até os dias atuais, pois, algumas pessoas ainda praticam essas atividades, muito embora não tão frequente como antes. Neste sentido, verificamos que algumas famílias ainda trabalham com a palha, outras com o artesanato, a exemplo disso, os vasilhames de garrafas de bebidas, que através do vidro produzem diferentes produtos para venda, confeccionando lembranças ou presentes que as pessoas costumam encomendar, como garrafas personalizadas de times com torneiras, onde colocam bebidas, ou simplesmente usam como parte da decoração da casa ou estabelecimento.

Dessa forma, é preciso observar ainda, que até os dias atuais existem diferentes atividades que são praticadas pelas mulheres tupeteiras e quilombolas, como a pintura em tecidos, que é praticada pelas moradoras, as quais customizam panos de pratos, que servem para a comercialização. Há também costureiras que fazem serviços para toda a comunidade, bem como doceiras de bolo, que fazem e vendem seus produtos, aumentando a renda familiar.

No quilombo Tupete, tem-se ainda diversas profissões que se destacam, tais como professores que nasceram e se criaram na comunidade, e que se tornaram um grande orgulho para todos, pois conseguiram estudar e se formar, e hoje dão aulas para alunos da própria comunidade. Há muitos pedreiros e ajudantes que se deslocam logo cedo de suas casas para trabalharem, principalmente na zona urbana, onde a demanda costuma ser maior. Além disso, a comunidade conta com o trabalho de mecânicos, e leiteiros que prestam serviço em fazendas vizinhas em busca de melhores condições para o sustento de suas famílias.

Uma das profissões que mais se destacam na comunidade, com certeza, é a de agricultor, pois a maioria dos que vivem ali praticam a até os dias de hoje, e a tem como uma das suas principais atividades. E tudo começava desde criança, quando os seus pais saíam cedo para trabalhar em suas roças e levavam os filhos, muitas vezes por não ter tido condições de levar à escola. Como consequência disso, muitos só estudaram até as primeiras séries, na escola do povoado vizinho, devido à falta de uma escola estabelecida no território da comunidade.

Em muitos casos, os tupeteiros até ingressavam na escola, mas quando chegavam ao quarto ou quinto ano, era preciso se deslocar até a cidade para continuar os estudos, todavia, por falta de condições para permanência, seus pais eram obrigados a colocar os filhos para

trabalhar nas roças, outros ficavam repetindo a série, uma ínfima parte conseguia ir para a cidade estudar e concluir o ensino.

Segundo a Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas - SEPLAG (2015), em relação a benefícios governamentais, grande parte da população quilombola alagoana recebe, hoje, o benefício do Programa Bolsa Família, que em muitos dos casos se apresenta como a renda familiar principal. Associado a isso, a maioria da população sobrevive, justamente, por meio da agricultura de subsistência e do artesanato.

Com o objetivo de garantir a oferta de ações básicas, melhorando a qualidade de vida das famílias e contribuindo para sua inclusão social, esse programa é de grande importância para as pessoas que vivem nesse quilombo, o qual retirou muitas da situação de extrema pobreza, e hoje vivem bem melhor. As crianças, jovens, adultos e idosos recebem assistência do programa, sendo acompanhado através das equipes da Atenção Básica, que registram e acompanham as informações das condicionalidades desses beneficiários, sobre saúde, como estão vivendo, se os filhos estão frequentando a escola de forma correta, etc.

Mesmo assim, entende-se que agricultura de subsistência é uma das maiores fontes de renda dos quilombolas, e no quilombo Tupete não é diferente. Contudo, a luta pela sobrevivência com invernos improdutivos, escassez de chuvas e dificuldades no plantio e cultivo leva muitos jovens e adultos a saírem da comunidade em busca de emprego e melhores condições de vida em cidades vizinhas e até mesmo em outros estados

No Alto Sertão alagoano o movimento de deslocamento de jovens e adultos em busca de empregos em outras cidades é constante, pois nessas cidades, onde os quilombos são localizados, não há uma grande disponibilidade de empregos, o que acarreta na evasão de pessoas para outros estados. Quase todos atuam em trabalhos de contratos temporários, outros, como os idosos, são aposentados ou pensionistas, ou recebem o auxílio do governo, mas o foco maior é sempre a agricultura familiar.

A comunidade é composta por 137 pessoas, 56 casas, sendo que apenas 38 delas são ocupadas. A maioria das residências é construída hoje em dia de forma moderna, e outras ainda seguem um estilo mais antigo, a minoria das casas ainda é feita de barro, mais conhecida como as famosas casas de taipa. Confira abaixo, na figura 01, a casa de taipa de uma das moradoras da comunidade, feita de barro.

Figura 1 – Casa de taipa da senhora Maria Vieira, no Quilombo do Tupete



Fonte: a autora, 2024.

Quando chegou a comunidade as casas eram feitas de palhas, pequenos ranchos¹⁰, assim os que chegavam nesse território se abrigavam nesses ranchos, ou contribuíam casas de barro, as famosas casas de taipa. Diante desse cenário, todo avanço na estrutura da comunidade é visto como uma conquista, como se pode verificar logo abaixo, na figura 02, na qual uma grande conquista para a comunidade foi o poço que hoje a abastece.

Figura 2 – Poço que abastece a comunidade Tupete



Fonte: a autora, 2024.

¹⁰ Ranchos de palha construídos geralmente de palha e madeira são um espaço de habitar tanto individual quanto coletivo, usados como moradias, para o desenvolvimento de tarefas, para produção de alimentos e objetos artesanais. Em muitos lugares, também conhecidos por Oca (ou Oga).

Este poço foi motivo de esperança de uma qualidade de vida melhor para a comunidade, sendo um dos mais esperados e fruto de muita luta para consegui-lo. Ele abastece todo quilombo e foi construído e inaugurado em dezembro de 2019 pelo o Programa Água Doce. Com isso, tem-se, atualmente, grandes reservatórios de água, que ajudam no armazenamento e controle das águas, como é possível visualizar na figura abaixo, Figura 03.

Figura 3 – Reservatórios de água do poço



Fonte: a autora, 2024.

Na figura abaixo, Figura 04, é visualizada a cisterna, ou melhor, “cisterna da federal” como os Tupeteiros costumam falar. Essa cisterna, que suporta uma grande quantidade de água, é abastecida por caminhões de água, que são enviados pelo Governo Federal para abastecer todo o quilombo. Além disso, em tempos de seca, alguns moradores dos povoados vizinhos vão em busca de água na comunidade para seu consumo. Assim, a cisterna beneficia o abastecimento local e de outras localidades vizinhas.

Figura 4 – Cisterna pertencente ao Quilombo Tupete ou “cisterna da federal”



Fonte: a autora, 2024.

A cisterna fica localizada próximo ao salão da associação onde as pessoas costumam se reunir, realizar palestras, reuniões quilombolas para falar de seus direitos. Inclusive, foi através dessas reuniões que as pessoas da comunidade tomaram conhecimento de sua origem quilombola, pois até então, não tinham noção de sua origem. Foi a partir daí que se iniciou a luta pelo reconhecimento do Quilombo Tupete.

Do lado oposto fica localizada a igreja da comunidade, uma das construções mais antigas, e que reúne todos os fiéis em missas, festejos católicos, seguindo as tradições religiosas que se realizam todos os anos, tais como a festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, que tem início no dia 29 de novembro e vai até o dia 08 de dezembro. Segue abaixo, a Figura 05 que representa a igreja presente na comunidade:

Figura 5 – Igreja Nossa Senhora da Conceição, comunidade Tupete



Fonte: a autora, 2024.

Esta igreja foi construída entre os anos de 1926 e 1927 com a ajuda dos moradores que carregavam água, misturavam massa, entre outras atividades de construção. A Igreja funciona ainda como sede da Pastoral da Criança,¹¹ e de movimentos como Homens do terço,¹² Mulheres

¹¹ Pastoral da Criança é um movimento da Igreja Católica que acompanha crianças e suas famílias. A criança desde o ventre da mãe, ou seja, desde a gestação a pastoral acompanha a criança para garantir os direitos da saúde, com qualidade e assistencialismo constante e a participação da partilha da palavra diante da evangelização.

¹² Homens do terço são um grupo de homens que se destinam uma vez na semana a praticar a devoção a Maria Santíssima, a mãe de Jesus, rezando o terço, para assim aproximar diante do senhor pela intercessão de Maria Imaculada e serem fortalecidos na fé.

do ofício e Mulheres do terço,¹³ Ministras Extraordinárias da Eucaristia¹⁴ e Catequistas¹⁵, com encontros realizados uma vez no mês, ou aos sábados e uma vez na semana.

Figura 6 – Casa de “mãe Ana ou tia Ana”, Ana Maria da Conceição



Fonte: a autora, 2024 (imagem autorizada).

Na comunidade, ainda é realizada uma ação que é reconhecida como “Mãos que ajudam”, que é um grupo que fabrica docinhos e vende entre eles com o objetivo de ajudar as famílias que estejam mais precisando de apoio financeiro. Na Figura 06 temos a imagem da casa de uma das moradoras mais conhecidas e referenciadas da comunidade Tupete, a senhora A. M. C. S.

Ana Maria da Conceição Silva, conhecida por todos da comunidade como “mãe Ana ou tia Ana”, por ser ela considerada mãe de muitos que nasceram no Tupete, porque vieram ao mundo pelas suas mãos, é uma das mais antigas moradoras da comunidade. Parteira, mãe, avó

¹³ Mulheres do Ofício e Mulheres do Terço são as mesmas mulheres que também uma vez na semana de forma fraterna reúnem-se na capela e fazem a reza do ofício e do terço da Imaculada Conceição, pedindo assim, por suas famílias e todos os demais da comunidade.

¹⁴ Ministras Extraordinárias da Eucaristia são duas que existem na comunidade, são aquelas pessoas escolhidas, primeiramente nós cremos que por Deus e aceitas pelo padre e pela comunidade, e essas pessoas fazem distribuição da Eucaristia, tanto nas celebrações de Santas missas, celebrações da palavra, estas mesmas são capacitadas a fazer, e também distribuição aos doentes quando necessitados

¹⁵ Catequistas são aquelas pessoas dentro da comunidade são três catequista, que dedicam um tempo de ensinamento das coisas do senhor, fazendo preparação para Primeira Eucaristia, e também recebimento do Sacramento do Crisma. São pessoas que estão partilhando os seus saberes e evangelizando para que outros sejam motivados e se sintam chamados a também partilhar da palavra de Deus.

e também uma das mais respeitadas do Quilombo, nasceu em 1918 e hoje tem 105 anos de idade e mais de 90 anos morando nesse território. Traz consigo uma história de luta, trabalho e sobrevivência na criação dos seus filhos. Mãe Ana hoje vive com sua filha Maria e seus netos. Ela é história, vivência, memória e reconhecimento quilombola, por representar tão bem as mulheres do quilombo, é um grande exemplo de mulher, batalhadora e que nos remete à importância do nosso povo. Ela foi responsável por me trazer ao mundo, realizando o parto da minha mãe, que teve seus cinco filhos na comunidade, mas que infelizmente três acabaram não sobrevivendo, restando apenas meu irmão e eu.

Aos oito anos de idade, veio junto com seus pais morar na comunidade, para cuidar da sua avó que já morava no quilombo, pois seu avô havia falecido. Quando chegaram ao Tupete, era a época em que estavam construindo a igreja. Mãe Ana conta que:

“Carregava água em um pote para ajudar na construção da igreja e que não havia quase nada, só algumas cabanas feitas de palhas, e casas feitas de barro ou taipa como falamos por aqui, não tinha energia, nem água como se tem hoje, tínhamos que ir buscar em cacimbas, minações ou no riacho fundo, onde muitas das vezes passávamos a noite, esperando por um pouco de água”.
(relato fornecido em entrevista).

Anos mais tarde, mãe Ana casou-se com Sebastião João, mais conhecido por “Bastião João”, com quem teve três filhos, uma mulher e dois homens. Seu sogro, uma figura muito importante na comunidade, por ser um dos moradores mais antigos que viveu no Tupete, era conhecido como Jitirana, pois sua casa era de palha e a planta cresceu e cobriu uma parte da cobertura da casa. A família do seu esposo “Bastião João” ficou conhecida como “a família dos Jitiranas” e até hoje são lembrados pela sua história e vivência por este território. Mãe Ana ficou viúva e mora até os dias de hoje na comunidade, e é, ainda, uma grande referência pra todos.

Dito isso, a imagem a seguir, figura 07, representa mais um lugar marcante na comunidade, o Bar do Bogoiô, filho de mãe Ana, quilombola e morador da comunidade. É nesse bar onde os Tupeteiros se reúnem para festejar, brincar e dançar muito forró. É nele que geralmente são realizados os eventos da comunidade:

Figura 7 – Bar do Bogiô



Fonte: a autora, 2014.

O bar do Bogoiô reúne, geralmente, os homens da comunidade, as famílias que vão em busca de lazer e diversão em festas organizadas pelo proprietário. Neste bar, ocorrem os eventos da comunidade que acabam gerando renda e diversão para todos. Muitos colocam pequenas bancas com produtos para comercializar, outros vão vender docinhos e pipocas para ajudar em sua renda e na compra de alimentos para a família.

Dentro desse percurso territorial, temos a Serra do Tupete (Figura 8), a qual é considerada um ponto turístico da cidade e principalmente da comunidade Tupete, apresenta uma grande visão de todo o quilombo, com uma paisagem encantadora, que remete paz e sossego. Fica a aproximadamente meia hora da comunidade a pé, e uns dez ou onze minutos de moto, sendo possível chegar até sua localização de motocicleta ou a pé, não dá para chegar ao topo da Serra de carro, devido ao caminho estreito e íngreme. Sendo possível chegar até certo meio de automóvel, mas com grande dificuldade. Várias pessoas se reúnem e passam manhãs, e tardes por lá, principalmente na época de Semana Santa, onde a comunidade recebe pessoas de toda cidade que se deslocam para a comunidade e sobem até a serra para ver o nascer do sol, outros ainda acampam por lá, passam a noite e vão embora só no dia seguinte.

Figura 8 – A Serra do Tupete/Cruzeiro do Tupete, ponto turístico da comunidade



Fonte: a autora, 2024.

Várias pessoas se reúnem e passam manhãs, e tardes por lá, principalmente na época de Semana Santa, onde a comunidade recebe pessoas de toda cidade que se deslocam para a comunidade e sobem até a serra para ver o nascer do sol, outros ainda acampam por lá, passam a noite e vão embora só no dia seguinte. Veja a seguir, a figura 09, da vista do alto da Serra do Tupete, sua paisagem e visão do Quilombo Tupete.

Figura 9 – Vista do Alto da Serra do Tupete



Fonte: a autora, 2024.

No que concerne ao sistema de saúde da comunidade, veja na figura abaixo (Figura 10) a representação do posto de saúde, construído a pouco tempo na comunidade:

Figura 10 – Posto de Saúde

Fonte: a autora, 2022.

O Sistema de Saúde do quilombo abrange apenas o simples atendimento ou atenção primária através de consulta médica, que ocorre uma vez na semana para avaliação da pressão arterial, consulta com crianças, idosos e adultos. Aqueles que precisam de atendimento médico mais ampliado são encaminhados para o Posto de Saúde ou para a Unidade de Pronto Atendimento do município, onde a pessoa é atendida por um médico que faz todo procedimento e, se necessário, encaminha para o hospital regional ou para a capital, onde pode ofertar um sistema de saúde completo. M.A., diz que “O posto de saúde foi uma das melhores coisas que aconteceu na nossa comunidade, não temos médico aqui, mas tem a enfermeira Camila, que atende uma vez na semana, e sempre que alguém precisa de atendimento, vão para Canapi” (M. A. 2022).

Nesse contexto, caso precisem de atendimento médico, a comunidade dispõe de uma ambulância, que quando está funcionando leva o paciente para a cidade. Tem-se também a presença de uma dentista, que atende às quartas-feiras. As consultas geralmente são feitas pela enfermeira Camila, que é responsável pela comunidade e se faz presente nos atendimentos semanais, como visto no relato acima citado.

De acordo com a Agente Comunitária do Quilombo Tupete, há uma atenção amplificada com o grupo de pessoas acamadas, gestantes, diabéticos, hipertensos e crianças. A comunidade conta, também, com a presença de uma médica e, além da enfermeira, uma técnica de enfermagem que fazem todo o atendimento e acompanha esses grupos, realizando visitas domiciliares, sempre orientando à prevenção de doenças. Atualmente, a médica está fazendo o atendimento na comunidade, uma vez na semana, nas terças-feiras, junto a enfermeira Camila, onde são entregues 20 fichas, para um atendimento tranquilo e organizado.

Para finalizar essa parte que concerne à contextualização do Quilombo Tupete, veja a representação, a seguir, da escola do povoado vizinho, Lagoa do Couro, na Figura 11, onde crianças, jovens e adultos do povoado, da comunidade Tupete e região estudam:

Figura 11 – Escola do povoado vizinho que atende a comunidade e a região



Fonte: a autora, 2024.

Infelizmente, a comunidade Tupete ainda não tem a presença de uma escola que fique localizada no seu território, esta unidade escolar acima apresentada se localiza no povoado vizinho e recebe todos os que precisam estudar. Existe, na comunidade, um grande número de alunos e a dificuldade mais frequente deles é o deslocamento das crianças até a escola, por causa da ausência de um transporte adequado, uma vez que na maioria das vezes o veículo locomotor se encontra com problemas no seu funcionamento, o que ocasiona um transtorno na vida desses estudantes que não conseguem ir todos os dias à sala de aula.

Em entrevistas e relatos feitos por pessoas da comunidade, podemos atestar essa informação, pois muitas mães disseram que devido à falta desse transporte e de melhores condições, acabam não levando seus filhos para a escola todos os dias, e que aqueles pais que têm uma moto ou um carro ainda conseguem levá-los, mas quem não tem transporte acaba os deixando em casa mesmo. Mas mesmo assim, são gratos, pois apesar desses pequenos transtornos com a falta de transporte em alguns dias, seus filhos ainda conseguem ir à escola. Diferente da época de seus pais que não tinham como ir e acabavam tendo que trabalhar na roça logo cedo, visto que quando era para estudar na “rua”, zona urbana, os pais acabavam retirando os filhos da escola tanto pela falta de condições, quanto para ajudar no trabalho. E hoje a realidade é completamente diferente, fazem de tudo para que seus filhos estudem e, quando passam para o ensino mais avançado, os transferem para a cidade.

A pauta da comunidade é ter uma escola no lugar onde vivem, ou ao menos uma creche, pois os ajudaria bastante, tanto na educação dos filhos, como no desenvolvimento da comunidade. Esses pais relatam ainda, que na época em que estudavam, não havia a facilidade que há hoje, tudo era mais difícil, não havia transporte e as condições eram poucas. Era preciso trabalhar na roça para ajudar os pais, e por esses motivos acabaram não estudando, ou não concluindo os estudos. Já hoje em dia, tudo é “mais fácil, e só não estuda quem não quer”, relata uma das mães entrevistadas.

3 QUILOMBOLAS NO BRASIL E NO ESTADO DE ALAGOAS

Os Quilombolas fazem parte de uma história muito importante e não tem como pensar o Brasil sem pensar a importância desse povo para formação territorial do país. Foi através das lutas pelo seu território e por sua liberdade que estes resistiram durante anos, de forma heróica, ao sistema escravista e opressor da época instaurado no Brasil. As terras quilombolas ou quilombos são territórios étnico-raciais com a ocupação coletiva baseada nos seus antepassados, nas tradições culturais próprias, que trazem desde a época da escravidão e resistência, até os dias de hoje, nos seus parentescos, os costumes preservados a partir de seus descendentes.

Desta forma, as terras ou territórios quilombolas expressam a luta pela liberdade, à resistência e as distintas formas de dominação por parte dos fazendeiros e senhores de engenhos. A regularização fundiária dessas terras está garantida na Constituição Federal de 1988, que garante o direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos. Através dela, o estado passou a corrigir a exclusão histórica com os remanescentes. E nesse mesmo ano, o Governo Federal criou a Fundação Cultural Palmares, sendo a primeira instituição pública voltada à promoção e preservação da arte e cultura afro-brasileira.

3.1 COMUNIDADES REMANESCENTES E QUILOMBOLAS NO BRASIL

O quilombo era o único lugar de refúgio na época da escravidão, sendo também a única forma de resistência que os escravos conseguiram depois da Lei Áurea. Segundo a língua Kimbindu, do povo ambundu, quilombo significa Resistência, ritual sagrado de iniciação. “Já, no Brasil, o quilombo passou a ser uma das formas de resposta dos escravizados e das escravizadas ao regime da escravidão”. (ARAÚJO, ZEZITO, 2021, p.42).

Como citado mais acima, o quilombo era o local de refúgio dos negros e negras africanos(as) que lutaram durante um grande período contra a brutalidade do Regime

Escravocrata, do trabalho escravo, onde eram submetidos a muitas horas de trabalho desgastado, com muito sofrimento. E quando não conseguiam completar suas tarefas, ou se cansavam, acabavam tomando surras dos senhores de engenhos e dos fazendeiros, que os castigavam de forma cruel, e nesse processo, muitos acabavam morrendo, devido ao trabalho exaustivo e a brutalidade dos senhores. Com isso, os escravizados planejavam fugas, se escondiam em áreas hostis e nas matas, formando os quilombos ou mocambos, locais em que se refugiavam, e fugiam da brutalidade dos senhores, formando suas comunidades, com identidades próprias.

Com isso,

A palavra quilombo origina-se do termo kilombo, presente no idioma dos povos Bantu, originários de Angola, e significa local de pouso ou acampamento. Passando a designar no Brasil Colonial, qualquer agrupamento de “mais de 6 escravos escapados ao senhor, vivendo juntos e ao revés da lei. (ITERAL, 2022).

De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, território quilombola são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. A caracterização legal desse território abrange não só sua ocupação efetiva atual, mas uma porção gigantesca de características culturais, ideológicas, valores e práticas dessas comunidades.

É a partir dessas características físicas e simbólicas, que os membros dessas comunidades se reproduzem física e socialmente, e a partir das mesmas que acabam por vincular as pessoas ao território. Assim, ao se regularizar um território quilombola é preciso considerar a ocupação atual das terras, mas também os espaços necessários para reprodução física e social da comunidade, com características e valores cultivados pela mesma.

Então, como se sabe, os territórios remanescentes das comunidades quilombolas são parte de uma concretização das conquistas afrodescendentes no Brasil, que nasceu através de diversas resistências heróicas ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colonial. É importante o reconhecimento dessa injustiça histórica, principalmente daqueles que sofreram tanto com esse sistema, tendo suas trajetórias marcadas pela violência.

Ainda que presente nas relações socioculturais brasileira, o sistema escravista perdurou até 1888 e foi responsável pela entrada de mais de 3 milhões de homens e mulheres aprisionados, vindo do continente africano.

As comunidades remanescentes de quilombo se adaptaram em regiões de difícil acesso, muitas vezes hostis. Porém, mantendo suas tradições culturais, aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente

responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e, dentre outras, desenvolvem atividades de turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES).

Definidas pelo art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, os remanescentes das comunidades dos quilombos são,

Os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Essas comunidades se localizam em quase todos os estados do Brasil, sendo a maior parte nos estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Pernambuco. Os únicos estados que não registram ocorrências destas comunidades são o Acre, e Roraima.

Além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos foram formados após a abolição formal da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, uma possibilidade de viver em liberdade. Os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se a partir de diferentes situações, como por exemplo, doações de terras realizadas através da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão, compra de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra, assim como áreas ocupadas por negros fugidos da escravatura. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, foi um importante passo para o reconhecimento das comunidades quilombolas, foi através dos artigos 215 e 216, e do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que se reconheceu a importância destes grupos na formação do patrimônio cultural brasileiro, e determinou a emissão dos títulos de posse às terras ocupadas pelos remanescentes quilombolas, o que resultou no aparecimento de diversas comunidades antes invisíveis.

Desta forma, a Constituição de 1988 marcou estas comunidades ao reconhecê-las, sendo como um divisor de águas no que diz respeito à questão quilombola no Brasil. Com isso, passou a corrigir a exclusão histórica com os remanescentes de quilombos, e neste mesmo ano, o governo Federal criou a Fundação Cultural Palmares, a primeira instituição pública voltada à promoção e preservação da arte e cultura afro-brasileira.

Em 2002, o governo ratificou a convenção de nº 169 da Organização Internacional do trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, e em 2004 foi promulgado através do decreto nº 5.051, que determina o direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais. Atualmente a convenção está em vigência no Brasil pelo Decreto nº 10.088 de 05 de novembro de 2009.

A Convenção 169 da OIT possui a definição de quem são os povos indígenas e tribais mencionados no documento, além de afirmar a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais próprias desses povos. A autoidentidade é um dos marcos dessa convenção.

Até o momento, não há um consenso acerca do número preciso de comunidades quilombolas no país, mas dados oficiais vindos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia responsável pelo processo administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades dos Quilombos, atualmente são 2847 comunidades Certificadas no Brasil, 1533 processos abertos no INCRA e 154 das terras quilombolas tituladas em todo o Brasil, 80% delas estão regularizadas pelos governos estaduais (CONAQ, 2022).

Além de projetos e órgãos de grande importância, como por exemplo, o programa Brasil quilombola, que são projetos voltados a todas as comunidades identificadas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, criada principalmente para promover a inclusão da população negra, há a promoção de grandes avanços no combate ao racismo e na preservação da cultura afro-brasileira, que ressalta a importância dos negros na luta contra o sistema escravista e contra a exploração mercantilista na época.

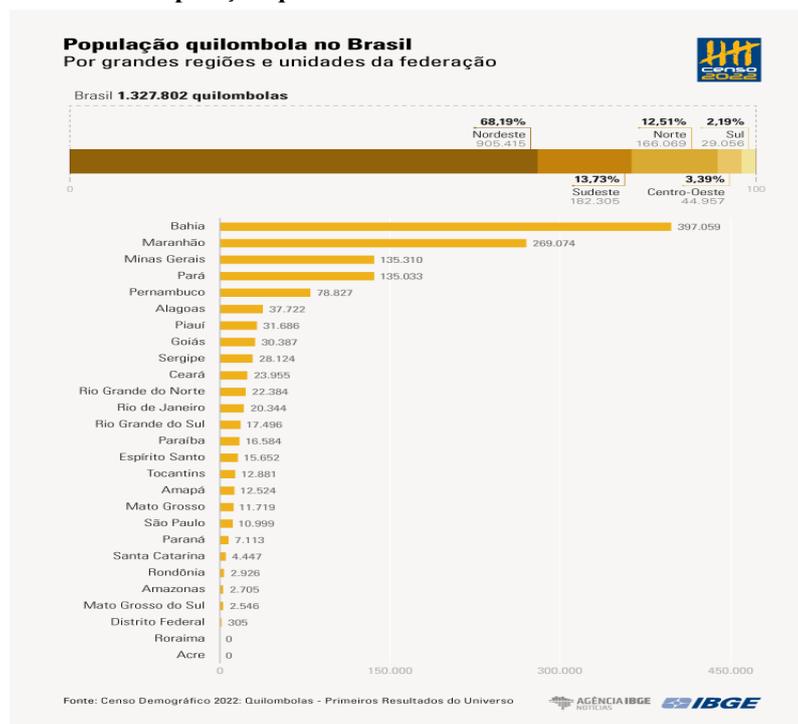
Apesar disso tudo, no Brasil, as comunidades quilombolas se mantiveram invisíveis durante muito tempo, em diversas esferas sociais, todavia no ano de 2022 ganhou um novo conhecimento através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que deu início ao censo nos quilombos de todo Brasil, seja localizado na zona rural ou urbana, e pela primeira vez, permitiu a autodeclaração como quilombola, o que promove o acesso maior aos dados das comunidades e um número preciso daqueles que muitas vezes não são reconhecidos.

De acordo com os dados do Censo 2022, a população quilombola do país é de 1,32 milhões de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país. Foram identificados 473.970 domicílios onde residia pelo menos uma pessoa quilombola, espalhadas por 1.696 municípios brasileiros. O Nordeste concentra 68,19% (ou 905,415 pessoas) do total de quilombolas.

O Censo apontou, ainda, que os territórios quilombolas oficialmente delimitados abrigam 203.518 pessoas, sendo 167.202 quilombolas, ou 12,6% do total de quilombolas do país. Apenas 4,3% da população quilombola reside em territórios já titulados no processo de regularização fundiária.

Essa pesquisa foi de grande importância, e acredita-se que esses números se estendem ainda mais, pois, muitas pessoas não quiseram participar da pesquisa, o que torna ainda mais difícil a busca por esses dados que são de extrema relevância para o reconhecimento quilombola, melhorias na sua qualidade de vida, e da criação de políticas públicas para atender as necessidades dessas pessoas, e os dados acabam facilitando tudo isso. Veja no gráfico abaixo os números de quilombolas por estados e regiões no Brasil:

Gráfico 1 – População quilombola no Brasil



Fonte: IBGE, 2022.

Analisando os dados apresentados no gráfico, pode-se perceber que a Bahia é a Unidade da Federação com maior número de quilombolas, sendo 397.059 pessoas, ou 29,90% da população quilombola recenseada. Logo depois vem o Maranhão, com 20,26% dessa população (ou 269.074 pessoas quilombolas). Assim, os dois estados juntos concentram metade da população quilombola do país, uma quantidade estimada de 50,16% de pessoas.

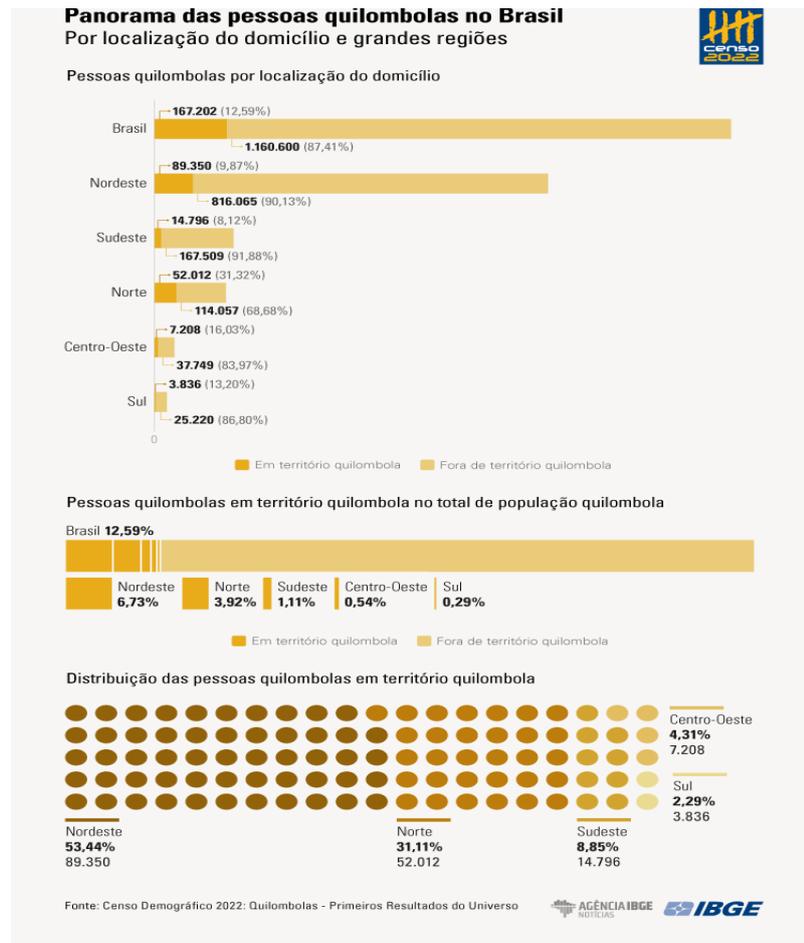
Dos 5.568 municípios do Brasil, 1.696 registram população quilombola. A cidade com maior quantidade absoluta é Senhor do Bonfim/BA com 15.999 pessoas quilombolas, seguida

por Salvador/BA (15.897), Alcântara/MA (15.616) e Januária/MG (15.000). São 494 territórios quilombolas oficialmente delimitados, presentes em 24 estados e no Distrito Federal. Somente o Acre e Roraima não registram a presença de quilombolas em sua população. Apenas 12,6% da população quilombola residem em territórios oficialmente delimitados e 87,12% encontravam-se fora de áreas formalmente delimitadas e reconhecidas. A região Norte tem 31,3% de sua população quilombola, residindo em territórios delimitados, a maior proporção entre as cinco grandes regiões. Vivem em territórios delimitados formalmente no país 52.012 pessoas, ou 31,1% do total de quilombolas.

Assim, os estados com maiores proporções de quilombolas em territórios delimitados são Amazonas (45,43%), Sergipe (45,24%) e Mato Grosso do Sul (44,97%). Os percentuais mais baixos são de Alagoas (1,83%), Minas Gerais (3,38) e Bahia (5,23). Já os estados com maior presença de pessoas de não quilombolas nos territórios delimitados oficialmente são Paraíba, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. E os menores percentuais estão no Piauí (3,50%), Rondônia (4,33%) e Rio Grande do Norte (5,17%).

Veja no Panorama (Gráfico 02) a seguir, o número de pessoas quilombolas no Brasil, por localização do domicílio e grandes regiões:

Gráfico 2 – Panorama das pessoas quilombolas no Brasil



Fonte: IBGE 2022

Essa pesquisa realizada pelo IBGE foi um marco de suma relevância que irá auxiliar na criação de políticas públicas necessárias a essas comunidades, e no desenvolvimento social dessa população, que por muito tempo foi esquecida.

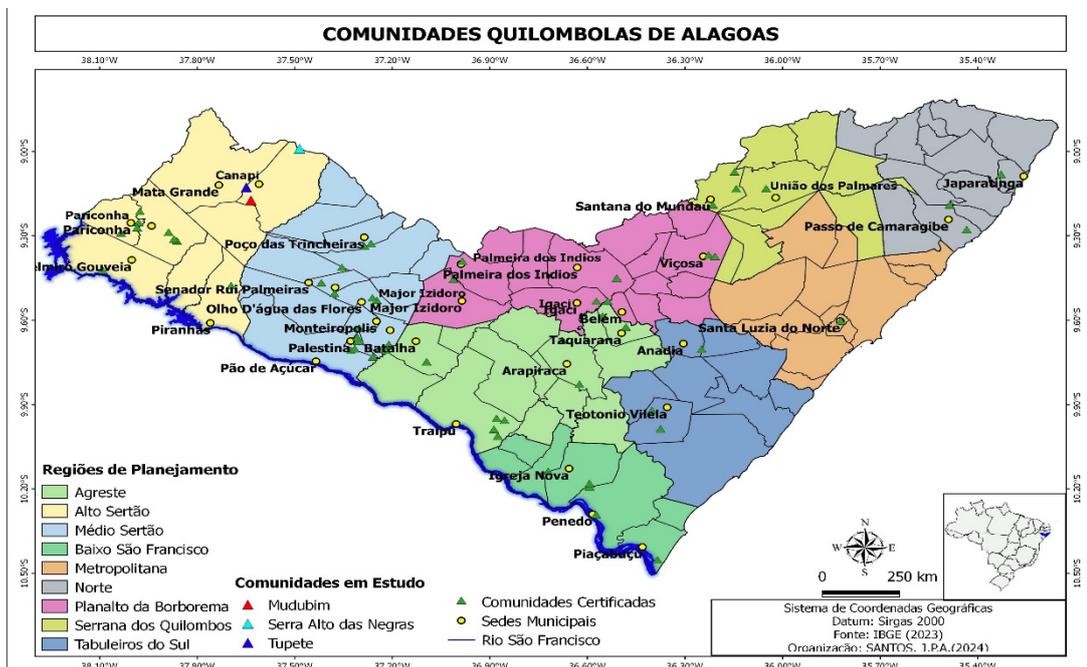
3.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM ALAGOAS E NO MUNICÍPIO DE CANAPI

Atualmente o estado de Alagoas possui 72 comunidades quilombolas reconhecidas, sendo 71 certificadas e 1 titulada. Essas comunidades buscam a garantia de seus direitos básicos reconhecidos e assegurados diante da lei, buscando liberdade e justiça pelos seus direitos. Mas infelizmente existem muitos obstáculos na busca por esses direitos, principalmente em relação à questão territorial, visto que essas comunidades dependem do seu território para o desenvolvimento de atividades e meios de sobrevivência para sua família, como a prática da agricultura e criação de animais, como foi destacada acima, sobre o Quilombo Tupete.

Muitas dessas comunidades não possuem terras tituladas¹⁶ e vivem em pequenas áreas que não possibilitam o desenvolvimento dessas práticas. O processo de luta e resistência se constituiu desde sua colonização com a construção de quilombos, desenvolvendo espaços com territorialidades específicas, ganhando autonomia no decorrer dos anos, com características culturais próprias, diferenciando um quilombo do outro.

O município de Canapi tem três comunidades certificadas: Mudubim, Sítio Alto de Negras e o Tupete, sendo essa última a comunidade estudada. Veja na figura a seguir, o mapa de Alagoas, onde mostra as comunidades quilombolas:

Mapa 3 – Mapa das Comunidades Quilombolas em 2011



Fonte: Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL).

A maior parte das famílias do Tupete veio da serra da Mata Grande, município vizinho. Os primeiros que chegaram à comunidade vieram aqui habitar para ter acesso ao caroá ou croá, uma planta usada para com a fibra fazer corda, bem como para trabalhar com o artesanato da palha do coco Ouricuri. Esses primeiros povos buscavam sua sustentabilidade e melhores condições, habitando em um lugar que facilitasse o trabalho na fabricação de corda, e artesanato com a palha do coqueiro.

O local foi se tornando um centro familiar e atualmente temos em torno de 58 famílias. Um total de 266 pessoas, sendo que desses moradores, 66 moram fora da comunidade.

¹⁶ Terras tituladas Segundo o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, são consideradas terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

4 O PROCESSO DE RECONHECIMENTO COMO COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO E PRESERVAÇÃO CULTURAL

Em 1988, o Governo Federal criou a Fundação Cultural Palmares, a primeira instituição pública voltada à preservação da arte e cultura afro-brasileira. A Constituição de 1988 é considerada um divisor no que diz respeito à questão quilombola no Brasil, sendo através dela que o estado passou a corrigir a exclusão histórica com os remanescentes quilombolas.

O processo de certificação de uma comunidade quilombola se inicia através de uma declaração de auto reconhecimento. A Fundação Cultural Palmares é a responsável em realizar os trâmites necessários e emitir a certidão. Este documento é de fundamental importância, na medida em que reconhece os direitos destas comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal. (SEPLAG, 2015, p.8)

A partir do reconhecimento quilombola, entende-se toda sua representatividade tanto para a comunidade, quanto para seu povo, pois é diante desse reconhecimento que muitos descobrem sua verdadeira origem, e só conseguem ver como foram tratados de forma racista, quando tem conhecimento de quem são, e dos seus direitos enquanto cidadão. A quilombola Tupeteira Q. V. relata o seguinte: “morava em terras de senhores de engenho, os fazendeiros, e a gente era tratado como escravo, foi tanto, que quando a gente conseguiu registrar a comunidade e descobriu que a gente era quilombola, eu percebi que eu já vinha passando por algumas humilhações, algum racismo.”

Nisso, podemos identificar como é importante o reconhecimento quilombola para esses remanescentes de quilombos, e através disso trazer sua verdadeira identidade, reconhecendo seu território, que são classificados atualmente, como territórios tradicionais que, de acordo com o Art. 3º do Decreto 6.040 de 07 de novembro de 2007, são “[...] espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]”.

Foi a partir de situações relacionadas a doações de terras feitas da desagregação da lavoura ou monocultura da cana-de-açúcar e algodão, de áreas ocupadas por negros que fugiram da escravidão, compra de terra através da prestação de serviços, trocas e até chegada a esses territórios até então não ocupados, que surgiram as comunidades quilombolas. As terras do Quilombo Tupete são em sua maior parte doações feitas pelos seus antigos donos, ou pequenas áreas que foram ocupadas com a chegada desses remanescentes, onde alguns já tinham parentes ou seus familiares morando nesse território e acabaram se estabelecendo de forma

permanente na comunidade, formando suas famílias, como já foi destacado no início deste trabalho.

4.1. O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

O Quilombo Tupete foi certificado como remanescente de quilombo em 27 de dezembro de 2010 pela Fundação Cultural Palmares, localizado no município de Canapi-AL, pelo processo da FCP De nº 01420.007109/2010-70, o certificado de reconhecimento como comunidade Quilombola, incentivou a todos a lutar pelos seus direitos, pelas suas terras e principalmente, pelo respeito e liberdade de todos. Na época de sua certificação, viviam na comunidade cerca de 70 famílias, mas com o decorrer dos anos esse número foi mudando, algumas pessoas acabaram saindo do quilombo, em busca de melhores condições de vida, outras permanecem até os dias de hoje.

Os quilombolas consideram o território como parte de sua identidade, por isso a importância do reconhecimento do quilombo. O processo de reconhecimento da comunidade Tupete “aconteceu de uma forma diferente, foi escolhida uma pessoa a Quitéria Vieira, líder do quilombo, para representar a comunidade em um evento, e daí saiu a nomeação Remanescente de Quilombo”. (relato de uma pessoa entrevistada, 2022).

Veja abaixo, cópia da Certidão de Autodefinição da comunidade Tupete, onde **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Figura 12 – Certidão de Autodefinição da Comunidade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro
CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.007109/2010-70 **CERTIFICA** que a **Comunidade de Tupete**, localizada no município de Canapi/AL, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.439, fl. 055, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a **assiná**. Brasília/DF, **20 de dezembro de 2010**.

O referido é verdade e dou fé.

AUTENTICAÇÃO
Certifico haver conferido a presente fotocópia de **Edvaldo Mendes Araújo (Zulu Araújo) PRESIDENTE** da verdade.
9 ABR 2011
Luiz Vastter da Silva - Tabelião
Rosilma Rijo M. Silva - Substituto

Brasília - DF - CEP: 70070-943 - Telefone: (61) 3315-2000

Fonte: Cópia cedida pela líder quilombola Quitéria Vieira, 2024.

A primeira visita deles foi no de 11 de setembro do ano 2009, e no início de 2010 a líder e quilombola Quitéria Vieira, se deslocou para o Rio de Janeiro, onde passou 5 dias no congresso, fazendo uma capacitação em respeito do registro da comunidade e de umas cestas básicas, para serem liberadas aos remanescentes. Ao voltar, após uma semana, recebeu um comunicado, onde precisaria se deslocar até a capital Maceió, para um evento, pegar o certificado, que mostramos na figura acima. Assim, retorna a comunidade já com o certificado de autodefinição como remanescentes de Quilombo.

Diante disso, a líder Quitéria Vieira fica a frente como principal responsável para representar a comunidade em eventos e projetos envolvendo o Quilombo Tupete, seja, em Maceió, Arapiraca ou qualquer outro lugar. Antes disso ocorreu todo processo burocrático de autodefinição, onde vieram representantes dos órgãos responsáveis pela certificação, visitaram a comunidade, tiraram fotos, fizeram uma reunião com os que moravam nesse território, e logo depois disso tudo, de reuniões, congressos, aconteceu a certificação, onde a comunidade foi reconhecida legalmente pela Fundação Cultural Palmares. Esse registro só aconteceu em 27 de dezembro de 2010, como falamos no início desse tópico, esse certificado fica registrado na Fundação Cultural Palmares, e a representante e líder do quilombo recebe uma para uso dos direitos da comunidade, reivindicações e projetos que possam precisar da documentação.

Agora traremos informações de como ocorre o processo de titulação das terras das comunidades de remanescentes de quilombo, que ocorre por meio de diversas etapas, segundo o decreto de nº 4887 de 2003, são elas: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e a titulação, além disso, um relatório técnico, observando características da comunidade, como levantamentos fundiários, antropológicos e a relação cadastral das famílias, o cadastramento de seus familiares, ficando responsável por essas etapas o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

De acordo com o Decreto 4.887/2003 o INCRA é definido como o órgão responsável pela titulação dos quilombolas, assim elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), para fins de regularização fundiária desses territórios, a partir de informações fundiárias e cadastrais das famílias que vivem na comunidade, destacando suas características históricas, antropológicas, ambiental e econômica. Assim, tem um apanhado de informações que ajudam na identificação desse povo, e no reconhecimento das comunidades quilombolas.

A constituição determina que cabe ao Estado brasileiro a tarefa de reconhecer e expedir os títulos aos remanescentes das comunidades quilombolas (artigo 68 dos Atos das Disposições

Constitucionais e Transitórias – ADCT). O Incra é responsável por titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares (Decreto 4887/2003). Já a Secretaria de Patrimônio da União – SPU é responsável por expedir título ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) às comunidades quilombolas localizadas em áreas de sua gestão. A caracterização dos remanescentes deve ser dada segundo critérios de auto atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Embora desde 1988 a Constituição Federal do Brasil já conceituasse como patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, foi no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que ficou reconhecido o direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos que estivessem ocupando suas terras a ter a propriedade definitiva da mesma, devendo o Estado lhes emitir títulos respectivos.

Entretanto, foi apenas em 2003, através do Decreto Federal Nº 4.887 que foi regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo o INCRA o órgão competente na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos de terras estaduais e municipais. A identificação dos limites das terras das comunidades é feita a partir da avaliação conjunta das indicações da própria comunidade e de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, constituído na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade (Art. 9).

A partir do texto do artigo 68 da Constituição Federal de 1988 transcrito acima, o termo quilombo assumiu um novo significado, não mais atrelado ao conceito de grupos formados por escravos fugidos. Hoje, o termo é usado para designar a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil, fazendo referência a terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravizados; de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravizados organizados em quilombos. Nesse contexto, os quilombos foram apenas um dos eventos que contribuíram para a constituição das “terras de uso comum”, categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante para descrever as comunidades que fazem uso do artigo constitucional.

Com o decreto nº 4.887/2003, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi concedido a essas populações o direito à auto atribuição como único critério para identificação das comunidades quilombolas, tendo como fundamentação a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de autodeterminação dos povos indígenas

e tribais. O 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20/11/2003, reserva à Fundação Cultural Palmares – FCP a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. A fundação não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à auto definição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram.

Para isso, três documentos são exigidos, de acordo com a Portaria FCP nº 57, de 31/03/2022: Ata de reunião específica para tratar do tema de Auto declaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou Ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve Relato Histórico da comunidade (em geral, esses documentos apresentam entre 2 e 5 páginas), contando como ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, etc.; e um Requerimento de certificação endereçado à presidência desta FCP.

Outros documentos podem ser agregados, a critério da comunidade solicitante, como fotos, registros de nascimento e óbito, títulos de propriedade ou posse, pesquisas e reportagens. Ao contrário do que se pensa e em conformidade com o que já explicamos, as visitas técnicas só ocorrem em casos excepcionais, quando a equipe técnica se depara com dúvidas insanáveis por meio de trabalhos de gabinete ou com denúncias realizadas pelo próprio movimento social, órgãos de governo, ministério ou defensoria pública.

Dito isso, a partir desse ponto, faremos um resgate de algumas figuras importantes da comunidade, e líderes desse quilombo, resgatando um pouco da sua identidade e importância para o desenvolvimento social do Tupete.

4.2 IDENTIDADE QUILOMBOLA TUPETE

A construção da identidade quilombolas Tupete se dá principalmente pela relação que as famílias exercem com o seu território, localizado na serra do Tupete ou Cruzeiro do Tupete, como é conhecido o lugar que deu nome ao quilombo. Veja a seguir, mais uma figura da Serra do Tupete.

Figura 13 – Serra do Tupete



Fonte: a autora, 2024.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde é realizada, todos os anos, a festa da padroeira da comunidade, dos dias 29 de novembro à 08 de dezembro, simboliza uma representação forte da identidade do quilombo Tupete, onde os tupeteiros seguem à risca, as apresentações que começam logo nos primeiros dias com reisados, coco de roda, celebrações na capela, leilões e que se encerram com missa e procissão no último dia, com a presença de fiéis e do pároco do município. A seguir, na figura 14, a representação da comunidade nas celebrações da igreja da comunidade.

Figura 14 – Celebração da missa na Igreja Nossa Senhora da Conceição



Fonte: uma das entrevistadas (imagem autorizada).

O catolicismo predomina no quilombo Tupete, e quase todos da comunidade se denominam católicos, um ou dois falam que são evangélicos, mas também não frequentam a igreja, ou são praticantes da religião. Por isso, a dominância é o catolicismo, nem todos praticam, ou seja, são atuantes, mas se autodenominam (relato de uma das entrevistadas, 2024).

Outro aspecto fundamental é a forma com que homens, crianças, jovens e adultos cortavam e cortam, ainda na atualidade, a parte da frente do cabelo fazendo um “topete”, assim quando chegavam a qualquer lugar pela região, já dava para identificar de onde eram, ou a qual território pertencia. Outra característica importante nessa construção da identidade é a forma como se relacionam, tanto de modo afetivo, quanto para ajudar um ao outro, seja em questões de saúde, trabalho, ou algo que aconteça na comunidade, costumam se juntar para resolver. Os jovens casam-se com pessoas da própria comunidade. Assim, a comunidade é um centro familiar, e quase nunca tem um casamento com um par de outro lugar, mas se assim acontece, a pessoa torna-se tupeteiro também. Uma entrevistada quilombola relata: “Vivemos em um aglomerado de famílias com laços sanguíneos. E nossa cultura é passada de geração a geração” (relato de uma das entrevistadas da comunidade, 2021).

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2006, p.38)

É desse modo que segue a construção da identidade do Quilombo Tupete que é uma construção histórica, na forma de organizar o território em que vivem, o modo como se relacionam, como desenvolvem suas atividades, crenças e como seguem suas tradições, preservando a cultura que tem sido passada de geração para geração. Um outro aspecto identitário refere-se a forma como lidam e enfrentam o preconceito que algumas pessoas costumam ter com relação a comunidade, principalmente por parte de pessoas que residem na cidade.

Ainda existe muito preconceito, e quando falamos em preconceito nos remete a uma fusão de pensamentos, que muitas vezes sofremos. Em entrevista, uma das quilombolas relata, “viemos de uma origem humilde, somos pretos, quilombolas, e trazemos toda uma história conosco, de luta e resistência, marcada pelos os nossos ancestrais. Hoje nós reconhecemos, e temos orgulho de quem somos, mas há um tempo atrás, não queríamos ser negros, não tinha reconhecimento pelos os outros, nos tratávamos como “os negros do Tupete, já vem a munição

do Tupete”, muitas vezes ouvimos isso, e isso nos deixava muito tristes, mas tudo mudou, ainda existe uma palavra ou outra, alguns gestos vindo por parte de pessoas preconceituosas e desinformadas, mas hoje sabemos quem somos e nos orgulhamos disso”.

A escolha do tema dessa pesquisa remete em boa parte por conta desse preconceito, onde a autora, e pesquisadora de todo esse processo de formação e territorialização dessa comunidade traz não só a análise, mas a identidade e reconhecimento da comunidade, dos que vivem por esse território, e que por muito tempo foi esquecida. Por isso, é tão importante o reconhecimento dessas comunidades de remanescentes quilombolas.

Com isso, uma das entrevistadas relata que “Depois do reconhecimento quilombola da comunidade passamos a ter uma assistência melhor do governo, e do nosso município, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canapi, está sempre atento e na luta por nossos direitos. Temos uma equipe forte de líderes na nossa comunidade com jovens e adultos lutando por todos que moram nesse território, temos a líder Quitéria Vieira, Rozinéia Lima, o José Iran e tantos outros que estão a frente dos projetos, da nossa cultura e festejos realizados no quilombo”.

A seguir apresentamos um quadro com informações sobre alguns membros da comunidade que representam (em parte) a identidade Tupeteira e têm sido responsáveis pela construção e manutenção da identidade quilombola Tupete.

Quadro 1 – Membros da comunidade que contribuem para a identidade Tupeteira

Membro da comunidade	Principais Informações e elementos identitários
Ana Maria da Conceição S.	Tem 105 anos de idade, chegou ao Tupete há mais de 90 anos, sendo uma das figuras mais importantes do quilombo, pela sua experiência, por ter sido umas das primeiras a chegar por aqui e por ter permanecido até os dias de hoje nessa comunidade. Realizou o parto de várias mulheres do povoado, trazendo ao mundo boa parte das crianças do quilombo, é reconhecida por todos pela sua força, generosidade, acolhimento e como líder quilombola, além de parteira, sendo a pessoa mais velha da comunidade. Assim, vemos o quanto é importante o reconhecimento da identidade dessas pessoas, e a importância para quilombo e futuras gerações conhecer a história e legado das pessoas que vivem e viveram nesse território.
Rozinéia Lima da Silva	Quilombola, Tupeteira, mãe e professora, tem 37 anos, nasceu no quilombo Tupete e é referência para muitos, por sua determinação e dedicação para com todos da comunidade. Formou sua família com um membro do quilombo, faz parte dos movimentos da igreja da comunidade, estando sempre à frente dos projetos voltados ao quilombo Tupete.
Maria Vieira dos Santos	Tem 95 anos, mora na comunidade, onde construiu sua família, e vive até os dias de hoje, reconhecida por todos como uma mulher forte e

	guerreira, trabalhou na roça, junto de seu esposo, que hoje já é falecido, e aos seus filhos, que hoje estão todos casados e com suas famílias formadas. Parteira, e uma grande mulher, mãe de uma das líderes quilombolas da comunidade, também representante de luta e resistência pelos seus direitos e pela comunidade.
Quitéria Vieira	Com 58 anos de idade, nasceu em abril de 1966, em Bom Conselho – Pernambuco, seu pai nasceu e se criou na comunidade Tupete. Em 1979 chegou à comunidade, ficou surpresa, pois não conhecia a família do seu pai, lá onde moravam eram tratados como escravos, em terras de senhores de engenhos. Desde então, mora na comunidade, onde se casou e teve seus filhos, e hoje tem até netos. É líder e representante quilombola e luta pelos direitos de todos da comunidade, e sempre está presente e disposta a ajudar a todos que precisam.
José Iran	Nasceu em junho de 1982, hoje tem 41 anos. Professor, pai e remanescente de quilombola, mora na comunidade e faz parte da educação, trabalhando como professor. Vem passando conhecimento para as gerações mais novas, estando sempre presente nos projetos desenvolvidos tanto pela escola, quanto pela comunidade. Dá aula na catequese, é católico e está sempre à frente de movimentos religiosos, faz parte da organização do reisado de jovens, e participa como um dos principais membros do reisado, preservando a cultura do quilombo Tupete e passando para as novas gerações.

Fonte: a autora, 2024.

As informações contidas no quadro acima demonstram a importância da construção identitária Tupeteira por alguns membros da comunidade no que se refere à memória, ancestralidade, educação, cultura e mobilização social. Entendemos que a identidade territorial na comunidade Tupete resulta das relações históricas que a comunidade, como um todo, desenvolve com o território, no entanto, algumas pessoas têm sido fundamentais para que o quilombo Tupete se apresente como território de luta, resistência e de vida.

4.3 CULTURA QUILOMBOLA TUPETE

Falar da cultura da comunidade Tupete é nos remetermos a nossa ancestralidade, é falarmos do Quilombo dos Palmares. O estado de Alagoas se tornou o berço da resistência negra no Brasil com o Quilombo dos Palmares, no século XVII. Localizado na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares, foi o maior quilombo do período colonial brasileiro, resistindo por quase um século e marcando toda a história quilombola no Brasil até os dias atuais.

Formava-se na capitania de Pernambuco, no século XVII, um antagonismo de ordem social e política entre o espaço mocambeiro quilombola e os espaços de pastoreio e de plantation coloniais. Os espaços coloniais não podiam ver, sem reação, a expansão do espaço introjetivo quilombola. Este se tornava um espaço socialmente complexo, com organização social própria e diferenciada das organizações sociais dos espaços coloniais. No espaço de organização social quilombola, as diferenças sociais se aprofundavam, com a criação de uma agricultura em terras coletivizadas, com uma forma de família poliândrica, com crenças religiosas não cristãs, e com o projeto político de um estado nacional etnográfico. (LINDOSO, 2011, p. 163)

O projeto moderno colonial reuniu forças para destruir Palmares. A cultura nacional quilombola é baseada na ancestralidade de afrodescendentes que lutou e resistiu durante muito tempo à violência, perseguições e muito sofrimento.

Os primeiros povos negros escravizados que buscavam a liberdade no Quilombo dos Palmares utilizaram os saberes africanos para (re)elaborar uma cultura própria, as expressões lúdicas, ritualísticas, tecnológicas e aquelas que definiram a sua organização social. (ARAÚJO, ZEZITO, 2021, p.67).

A cultura do quilombo Tupete é reflexo dessa ancestralidade. A comunidade possui danças típicas como o reisado, o samba de coco, o coco de roda, comidas deliciosas e ancestral, religiosidade. “O reisado é apresentado por um pequeno grupo com crianças, jovens e adultos. Meninos e meninas, levando alegria com orgulho de revelar nossa cultura”. (Relato de uma entrevistada do quilombo, 2022). Veja na figura abaixo:

Figura 15 – Apresentação do reisado infantil da comunidade



Fonte: a autora, 2022 (foto autorizada).

A cultura dos Tupeteiros é preservada até os dias hoje, apesar dos anos terem se passado, de muitas pessoas já não estarem mais aqui, as tradições culturais continuam presentes e são passadas de geração para geração. No quilombo são realizados muitos movimentos católicos,

como: homens do terço, mulheres do ofício, mulheres do terço e catequistas. O catolicismo é a religião que lidera, e os fiéis são bastante atuantes em tudo que acontece na comunidade.

As experiências dos quilombolas com o catolicismo se devem a dois motivos: na África, os africanos da civilização congoleza que vieram na condição de escravizados para o Brasil e buscaram a liberdade em Palmares já conheciam o cristianismo devido à conversão à fé cristã do manicongo manisonho, recebendo o nome de D. Afonso I, obrigando todos seus súditos a se converterem. O outro motivo foi a imposição dos senhores de engenho, que obrigavam os escravizados a professar a sua fé cristã (ARAÚJO, ZEZITO, 2021, p.69).

A religiosidade que se manifesta em território quilombola, historicamente era repleta de elementos das religiões africanas, indígenas e do próprio catolicismo que foi reinventado pelo povo africano após terem sido catequizados pela Igreja Católica.

O samba de coco é uma das danças que costuma ser apresentada pela comunidade, pois “traz uma história linda de um grupo que se juntava para fazer o aterro do piso das casas de taipa. Dançava-se um samba, trabalho e alegria juntos”. (fala de uma entrevistada da comunidade, 2022). Temos ainda o forró, que tem grande representatividade em toda comunidade, desde as crianças até os mais idosos, todos gostam daquele forrozinho, e aprendem logo cedo a mexer a cintura, com o gingado e os passos delicados que só eles têm.

Ainda nesse contexto de costumes e crenças, tem-se as benzedeiças que são aquelas senhoras que fazem orações para crianças e adultos, que são levados doentes até elas, assim realizam benzimentos, que os curam, a partir da sua fé.

A respeito do casamento na região, uma quilombola relata: “Os jovens casam-se com pessoas da própria comunidade, assim a comunidade é um centro familiar, raramente tem um casamento com um par de outro lugar, mas se assim acontece, tornar-se à quem chegou Tupeteiro” (Entrevistada com quilombola da comunidade, 2022)

A festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição, acontece todos os anos, entre os dias 29 de novembro ao dia 08 de dezembro, celebrada por todos, com grande alegria. Missas são realizadas, bingos beneficentes, apresentações e muita festa para os Tupeteiros. A Festa da Imaculada Conceição reúne toda comunidade, com a presença do padre da paróquia do município, e de outras representantes da igreja, algumas sendo da comunidade, mas que moram na zona urbana. Nesse momento, muitas famílias de origem tupeteira retornam a comunidade.

Veja mais abaixo, fotos da missa de encerramento da Festa de Nossa Senhora da Conceição, no quilombo Tupete:

Figura 16 – Santa Missa e procissão



Fonte: @paroquiacanapi, 08 de dezembro de 2022.

Figura 17 – Imagem da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (marca o encerramento da festa da comunidade)



Fonte: @paroquiacanapi, 08 de dezembro de 2022.

No dia 20 de novembro, é comemorado Dia da Consciência Negra, essa data foi instituída pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, fazendo referência a morte de Zumbi, o então líder do Quilombo dos Palmares, maior quilombo que já existiu na América Latina. Esse dia que é de grande importância para todos que resistiram ao sistema escravista e lutaram pela sua liberdade.

Nesse dia tão importante, muitos quilombolas do Tupete saem em caravanas, com destino a Serra da Barriga, considerada por eles solo sagrado, porque nesse território milhares de quilombolas sacrificaram suas vidas lutando pela liberdade. Assim, conhecem novas pessoas, costumes, e ainda mais de sua cultura e representatividade para formação do Brasil e Alagoas, celebrando, e apresentando suas danças, com grande alegria a seu povo, representando a importância de cada um, para tudo que temos e somos. “Herdamos dos ancestrais quilombolas que lutaram pela liberdade na Serra da Barriga, os princípios básicos dos ideais da liberdade, tão caros aos seres humanos” (ARAÚJO, 2021, p.70).

Na comunidade foi realizada em 21 de novembro de 2022 a “1º Amostra Cultural: Orgulho do Que Somos”, com apresentações da história da comunidade, sua formação, cultura, economia etc. o evento foi realizado pelos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Médici, localizada no povoado vizinho, Lagoa do Couro, e que recebe os alunos daquela região, inclusive da Comunidade Tupete. O evento contou com apresentações de danças, com o reisado das crianças, representantes da capoeira, e muito forró para os Tupeteiros.

Na comunidade tem-se ainda a pintura em tecidos, que é feita por algumas mulheres da comunidade, que customizam panos de pratos, toalhas, e outros acessórios domésticos tanto

para encomendas, como para seu próprio uso. As mulheres desenvolvem ainda atividade de costura, artesanatos no vidro e o trabalho com a palha, com a produção de esteiras, abandonos, elementos muito utilizados até os dias de hoje.

Assim, a cultura afro-brasileira se materializa na comunidade quilombola Tupete de forma diversa. Ao longo dos anos a mesma passou por algumas transformações, a exemplo da religião, no entanto, consideramos que o território quilombola Tupete se mantém resistente a partir dessas manifestações ainda praticadas por crianças, jovens e adultos que se consideram tupeteiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da construção teórica e metodológica dessa pesquisa, a partir do estudo sobre o processo de territorialização do Quilombo Tupete, percebemos que o mesmo se iniciou, principalmente, por meio de doações de terras feitas por moradores que já habitavam esse território. As famílias que chegavam à comunidade iam se estabelecendo por essas terras, que pouco tempo depois virou uma comunidade bastante habitada, principalmente por pessoas da mesma família, onde a maioria se casava entre si, criando um grande aglomerado familiar, por serem da mesma comunidade, e os que não eram acabavam se tornando parte do quilombo, assim por eles identificado.

Nesse sentido, o Tupete foi se desenvolvendo, o que antes era cheio de casas de taipa ou pau a pique e coberto com palhas, foi substituído por casas construídas com materiais duradouros e resistentes, com blocos, cimento, telha e madeira de qualidade, muito embora ainda podem-se observar pela comunidade, algumas casas feitas de taipa, o que reflete a história do seu povo, e de todos aqueles que habitaram esse território.

A realização da pesquisa demonstra a necessidade de políticas públicas voltadas para os territórios quilombolas. É importante a realização de mais pesquisas sobre esses espaços que contribuam para a garantia de seus direitos, moradias, educação de qualidade, saúde e desenvolvimento territorial. É importante ainda que essas políticas coadunem com a importância do reconhecimento quilombola e preservação de sua cultura.

Assim, diante dos diversos caminhos abertos pela pesquisa realizada e a necessidade de análises mais detalhadas por futuras pesquisas sobre os territórios quilombolas, esperamos que tenhamos contribuído para o melhor entendimento de elementos e conteúdos geográficos da comunidade quilombola Tupete.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas. Maceió: SEPLAG, 2015.

ARAÚJO, Zezito de. Quilombo dos Palmares. 2. ed. Maceió: Imprensa Oficial, Graciliano Ramos, 2021. 124 p.

CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr. 2014. Disponível em: <file:///C:/Marcelo/Downloads/19883-103330-1-PB.pdf>.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Disponível em: <http://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2022.

Fundação Cultural Palmares – Governo Federal. Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 3.0 Brasil. Disponível em: < https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 >. Acesso em: 15 nov. 2022.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Internet urbana. Disponível em: < <https://interneturbana.com.br/provedores-licenciados-alagoas/canapi/> >. Acesso em: 24 out. 2023.

Instituto de Terras e Reformas Agrárias de Alagoas - ITERAL. **Comunidades quilombolas**. 05 de jul. de 2022. Disponível em: < <http://www.iteral.al.gov.br/gpaf/assessoria-tecnica-dos-nucleos-quilombolas-e-indigenas-astnqi/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas> >. Acesso em: 05 jul. 2022.

Ipatrimômio. Disponível em: < <http://www.ipatrimonio.org/canapi-quilombo-tupete/#!/map=38329&loc=-9.101959020096148,-37.62926816940307,17> >. Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

LINDOSO, Dirceu. O Grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira (FAP), 2011.

Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Página Institucional. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?pageid=52126>. Acesso em: 04 out. 2022.

MASCARENHAS, Gilmar; SILVA, Daniella Pereira de Souza; XAVIER, Luiz Guilherme de Souza. Fundamentos Geográficos do Turismo. V. 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. 188 p.

MASCARENHAS, João de Castro; BELTRÃO, Breno Augusto; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do município de Canapi, estado de Alagoas. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 12 p. + anexos.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. <<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pq/index.vm?eixo=1>> Acesso em: 07 de novembro de 2022.

Serviço Geológico do Brasil - CPRM. Quem Somos. Disponível em: <http://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2015. 44 p. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas. Disponível em: <<https://dados.al.gov.br/catalogo/hr/dataset/comunidades-quilombolas-de-alagoas/resource/949d7b60-4ac8-4e94-a2e4-fb5d1b5eb627>>_. Acesso em: 14 dez. 2022.

SILVA, Daniel Neves. “Quilombo dos palmares”. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/histórias/quilombo-dos-palmares.htm>>. Acesso: 19 de outubro de 2023.

SILVA, Lucas Bento da. **A Construção da Identidade e do Território no Quilombo Cafundó** -Presidente Prudente, UNESP, 2011. 71p.

SILVA, Simone Rezende da. Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. 14 p.

VIEIRA, Maria do Carmo et al. Projeto Renascendo: Nascentes Vivas no Sertão. Coordenação Maria do Carmo Vieira. Aracaju: J. Andrade Editora, 2019.

Entrevistas

SANTOS, Maria Luiza Vieira dos. **Entrevista concedida a Danielly Ferreira**. Canapi/ AL, 7 de agosto. 2022.

SANTOS, Maria José da Paz dos. **Entrevista concedida a Danielly Ferreira**. Canapi/AL, 9 de set. 2022.

SILVA, Ana Maria da Conceição. **Entrevista concedida a Danielly Ferreira**. Canapi/AL, 9 de set. 2022.

SILVA, Rozinéia Lima da. **Entrevista concedida a Danielly Ferreira**. Canapi/AL, outubro de 2021.

SILVA, Rozinéia Lima da. **Entrevista concedida a Danielly Ferreira.** Canapi/ AL, 24 de set. 2022.

Sites visitados

Dados Alagoas. **Imagem de Canapi.** Disponível em: < <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/4335ad4d-b1ed-493d-a159-ca496ab1d236/resource/f7021fff-a182-4ae3-9eb7-68ebe75b4259/download/canapi.png> >. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

Dados Alagoas. Imagem de Territórios Quilombolas. Disponível em: < <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/7231482c-d76f-483a-9f4d-f53d9bdc42c5/resource/b2f252fe-aa00-4a76-96d6-8c863c7876cb/download/territorios-quilombolas.png> >. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

Governo do Brasil. **População quilombola é de 1,3 milhão, indica recorte inédito do Censo.** Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo#:~:text=O%20Censo%20apontou%20que%20os.total%20de%20quilombolas%20do%20pa%C3%ADs> >. Acesso em: 28 de setembro de 2022.

IBGE Educa. Quilombolas no Brasil. Disponível em: < <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html> >. Acesso em: 31 mar. 2023.

Apêndices:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
DANIELLY FERREIRA DA SILVA**

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TUPETE EM CANAPI-AL.

Apêndice 1. Entrevista:

1. Nome?
2. Idade?
3. Qual seu lugar de origem?
4. Se veio de outro lugar, nos fale quando chegou a comunidade?
5. De onde veio?

6. O que motivou a saída do seu lugar de origem?
7. Como foi a chegada a comunidade? Como era quando chegaram?
8. Quantas pessoas vieram?
9. E as terras que pertencem a comunidade, qual a sua origem? Sabe algo sobre isso?
10. Como sobrevivem? Qual a principal forma de sobrevivência?
11. Quais as principais dificuldades?
12. Recebem ajuda do governo ou de algum outro órgão ?
13. Como foi o processo de reconhecimento da Comunidade como Remanescente de Quilombo?
14. O que melhorou depois do reconhecimento como Comunidade remanescente de quilombola?
15. Como foi ter esse reconhecimento? Você se sente parte da comunidade? Desse lugar?
16. O que mais gosta na comunidade?
17. Como é a relação entre as pessoas que aqui residem? Existem laços de solidariedade? Existem conflitos?
18. E na saúde, como é a assistência dada pelo município? Tem posto de saúde? E médicos? Como ocorre o atendimento caso alguém precise?
19. Na comunidade tem escola? Como é e qual a sua importância?
20. Como você se reconhece?
21. Quais suas principais características?
22. Fale da cultura da comunidade? Como fazem para preservar ?
23. Quais movimentos presentes na comunidade e suas principais tradições?
24. E atualmente como vivem?
25. O que mudou nesses últimos anos na comunidade?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
DANIELLY FERREIRA DA SILVA**

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA
TUPETE EM CANAPI-AL**

Apêndice 2. Questionário:

(Adultos, idosos quilombolas, professores da comunidade):

1. Nome da Comunidade: _____ Data: _____

2. Nome do Entrevistado: _____

3. Idade: _____ . 4. Sexo: _____ Masc. _____ Fem. _____ .

5. Escolaridade: _____ 6. Profissão: _____

7. Posição familiar do entrevistado (a): _____

8. Local de origem do entrevistado: _____

9. Sua família sempre trabalhou na terra: () sim () não. Se a resposta for não. Desde quando está na terra? _____

10. Chegou vindo de uma Zona Rural _____ Urbana _____ .

11. Como se deu o acesso à terra antes da emissão do título quilombola:

() compra () ocupação () Concessão de uso () herança () arrendamento

12. Modalidade de acesso à casa: () própria () alugada () cedida

13. Quantas pessoas moram na residência: _____

14. Com quem aprendeu a trabalhar na terra? () Avós () Pai () Mãe
() Parentes () Amigos () Técnicos

15. Composição familiar:

Componentes da família:

Nome / Idade / Sexo F/M / Escolaridade / Estuda S/N / Trabalha na terra S/N

16. Caso exista alguém que trabalha fora da comunidade, descrever:

Quem? _____ Onde? _____
Motivo? _____ .

17. Participa de alguma organização ou grupo comunitário? () Cooperativa

() Sindicato () Igreja Católica () Igreja Evangélica () Outros;

Especificar: _____

18. Na sua opinião qual o grau de importância da organização? () Fundamental () importante () Pouco Importante () Não é necessária

19. Na sua opinião quais os principais problemas da comunidade:

() Problemas Econômicos () Problemas Sociais () outros;

20. Qual a Renda Familiar Mensal: () – de 1 S.M. () 1 S.M. () 1 a 2 S.M. () 2 a 3 S.M. ()+ de 3 S.M.

21. Quantos membros participam da renda familiar?

22. Tem aposentados: () Sim () Não. Se sim, quantos?

23. Recebe Bolsa Família: Sim () Não () Se sim, quantos? _____

24. Tem assalariados: () Sim () Não. Se sim, quantos? _____

25. Atividade agrícola: Tem roça () Sim () Não. Porque? _____

—

26. Quantas participam da atividade agrícola? _____

27. Necessidade da assistência técnica agrícola a quem recorre? _____

—

28. Quando precisa de financiamento, a quem procura? _____

—

29. Já sofreu algum tipo de violência ou preconceito? Poderia falar um pouco sobre?

Apêndice 3. Questionário aos jovens quilombolas:

1. Na sua visão o que é Quilombo?
2. Como o quilombo influencia na sua vida e em como você se identifica?
3. Como você vê a juventude Negra na comunidade? Tem diferença para os demais moradores?
4. Você conhece as políticas públicas para comunidades quilombolas? (Exemplo)
5. Qual a importância do título quilombola para a comunidade?

6. Você tem a meios de comunicação (televisão, rádio, celular, internet) ? Como influenciam em sua vida e da comunidade?
7. Você estuda? Sua escola fica na comunidade?
8. Na sua escola falam sobre comunidades quilombolas e sua importância?
9. Qual a representatividade da Comunidade Quilombola Tupete na sua escola?
10. A certificação de reconhecimento da comunidade Quilombola influencia na sua vida? De que maneira?